

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRIMAVERA - PE

**EDITAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025**

EDITAL COM COTA RESERVADA PARA ME e EPP DE ACORDO DO A LEI COMPLEMENTAR 123/2006

DADOS GERAIS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO PRIMAVERA-PE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

REGIME: POR ITEM

CERTAME REALIZADO NO SÍTIO: www.licitaprimaverape.com.br

MODO DE DISPUTA: ABERTO

RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	Dia 15/08/2025 às 10:00h
--	---------------------------------

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	Dia 28/08/2025 às 08:00h
--	---------------------------------

ABERTURA DAS PROPOSTAS	Dia 28/08/2025 às 09:00h
-------------------------------	---------------------------------

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA	Dia 28/08/2025 às 09:30h
------------------------------------	---------------------------------

REFERÊNCIA DE TEMPO	HORÁRIO DE BRASÍLIA
----------------------------	----------------------------

MODO DE DISPUTA	ABERTO
------------------------	---------------

LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL E SEUS ANEXOS: o edital completo está disponível para consulta e cópia na internet no Portal da Transparência Municipal e no endereço: www.licitaprimaverape.com.br e <https://transparencia.primavera.pe.gov.br/>

COORDENAÇÃO DO PROCESSO: Agente de contratação

Agente de contratação e Pregoeira: **Sra. Thalita Ildefonso Lins Calado de Melo**

Fone: (81) 3562-1126 – Ramal 209 Fone: (81) 3562-1709

Endereço: sala da licitação do Centro Administrativo, sito à Rua Coronel Braz Cavalcante, nº.42, Centro, Primavera – PE.

**Ester Beatriz da Silva Cavalcanti Falcão
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 368/2025**

1. PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE PRIMAVERA**, Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Coronel Brás Cavalcante, nº 42, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.294.378/0001-61, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRIMAVERA-PE**, inscrito no sob o nº 10.291.345/0001-03, situada à Rua São Severino dos Ramos, nº 71, João Murilo, Primavera - PE, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, a **Srta. Ester Beatriz da Silva Cavalcanti Falcão, Portaria nº 368/2025**, por intermédio da Agente de Contratação e Pregoeira, e da equipe de apoio nomeados e designados pela Portaria nº 070 de 02 Janeiro de 2025, com esteio no ato de autorização de abertura do certame expedido pela Autoridade Superior, torna público que fará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **“Menor Preço por Item”**, através da plataforma eletrônica do Portal de Compras do Município, acessível no site: www.licitaprimaverape.com.br, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas aplicáveis à espécie e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1 Os trabalhos serão conduzidos por Servidor Público designado através de ato interno, denominado AGENTE DE CONTRATAÇÃO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a plataforma eletrônica www.licitaprimaverape.com.br.

1.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro (a) em sentido contrário.

1.3 A licitação será realizada no critério de Menor Preço por Item, sendo, conforme detalhado no Termo de Referência (Anexo I).

1.4 O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontra-se disponíveis, para conhecimento e download, no endereço eletrônico: www.licitaprimaverape.com.br, e também no site da municipalidade, mantido no link <https://transparencia.primavera.pe.gov.br/>.

2. OBJETO, VALOR ESTIMADO E DO INÍCIO DA LICITAÇÃO

Constitui objeto desta licitação a escolha da proposta mais vantajosa **PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO PRIMAVERA-PE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

2.1 Os itens objeto deste certame, assim como suas especificações e quantitativos, encontram-se detalhado nos termos do Termo de Referência - Anexo I.

2.2 A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida ou suprimida dentro dos limites previstos no parágrafo primeiro do artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3 O valor Global, Máximo Admitido, para a aquisição dos materiais, objeto deste Edital, é de **R\$ 2.372.118,63 (Dois milhões, trezentos e setenta e dois mil, cento e dezoito reais e sessenta e três centavos)**, cujos valores foram estimados tomando-se como base os valores médios praticados no mercado local, conforme cotações e relatórios anexos a este documento.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao sistema do Portal de Compras do Município - www.licitaprimaverape.com.br, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.3 Como condição para participação no Pregão, o fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021, relativo às seguintes declarações:

3.4 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.5 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.6 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

3.7 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.8 Que cumpre os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.9 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.11 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

3.12 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.13 Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.14 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.15 Não poderão participar desta licitação:

3.15.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

3.15.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.15.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.15.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.15.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.15.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.15.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.15.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.15.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU- Plenário);

3.15.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16 O impedimento de que trata o item 3.15.10 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.17 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.18 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.19 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

3.20 A vedação de que trata o item 3.15.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de Procuração por instrumento público ou particular, atribuindo-lhes poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operação na plataforma do Portal de Compras do Município - www.licitaprimaverape.com.br.

4.2 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas ao Portal de Compras do Município de Primavera, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.5 Para acesso ao sistema eletrônico os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao Portal de Compras do Município de Primavera.

4.6 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Portal de Compras do Município de Primavera.

4.7 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.8 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.9 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante, que pagará ao Portal de Compras do Município de Primavera, provedora do sistema eletrônico, o equivalente a de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da plataforma - www.licitaprimaverape.com.br.

5. DA OPÇÃO PELO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO

5.1 As licitantes que optarem pelo tratamento diferenciado e favorecido e instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, juntamente com documentação necessária a habilitação, o Termo de Opção, **acompanhado da documentação comprobatória de seu enquadramento como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP.**

5.2 Nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006 e LC nº 155/2016, são consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

5.2.1 No caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, **receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)**.

5.2.2 No caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, **receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)**.

5.3 Nos termos do parágrafo 1º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, considera-se **receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos**.

5.4 As licitantes deverão comprovar que a receita bruta auferida no ano-calendário corrente não ultrapassou os limites previstos no art. 3º, da LC nº 123/2006.

5.5 No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite de valor para fins de enquadramento será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses (parágrafo 2º, do art. 3º, da LC 123/2006).

5.6 Para fins de determinação da receita bruta, poderá ser considerado o regime de competência ou de caixa, mantido o critério para todo o ano-calendário (art. 4º, parágrafo 2º, da Instrução Normativa SRF nº 608, de 09 de janeiro de 2006).

5.7 Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na LC 123/2006, para quaisquer efeitos legais, a pessoa jurídica (parágrafo 4º do art. 3º, da LC nº 123/2006):

5.7.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócio de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da LC nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º daquela norma;

5.7.4 De cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela LC nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º daquela norma alterada pela LC 155/2016;

5.7.5 De cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º, da LC nº 123/2006 alterada pela LC 155/2016;

5.7.6 Empresa constituída sob a forma de cooperativa, salva as de consumo;

5.7.7 Empresa que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
complementar;

5.7.9 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10 Constituída sob a forma de sociedade por ações;

5.7.11 Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação ou habitualidade.

5.8 O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o seu desmembramento não implicará alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados (parágrafo 3º do art. 3º, da LC nº 123/2006).

6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.

6.3 AS PROPOSTAS E DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ANEXADAS VIA SISTEMA E DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE ASSINADAS, sob pena de desconsideração do documento. O simples cadastramento da proposta no sistema não substituiu o envio dos documentos devidamente assinados.

6.4 O licitante vencedor deverá enviar os documentos complementares de habilitação no prazo de máximo de 2 (duas) horas, após a solicitação do Pregoeiro, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.5 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7 Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.8 A comprovação de prestação de garantia de proposta à Prefeitura Municipal de Primavera, para participação neste certame deverá ser apresentado da seguinte forma:

6.8.1 A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

6.8.2 A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

6.8.3 Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

6.8.4 A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

art. 96 desta Lei.

6.8.5 A garantia deverá ser colocada anexa à proposta de preços com o valor inicial.

6.9 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.10 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.11 Para o encaminhamento da proposta de preços dos bens/produtos, objeto desta licitação, será exigido o preenchimento do campo **DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**, com as especificações do objeto de maneira que seja possível analisar a conformidade do objeto ofertado com as exigências do Edital.

6.12 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.12.1 Valor unitário e total (global) do item, em moeda corrente nacional;

6.12.2 A quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item ou para o item único, conforme o caso;

6.12.3 Em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item;

6.12.4 Marca (no que for aplicável e quando for o caso);

6.12.5 Fabricante (no que for aplicável e quando for o caso).

6.13 Descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, o modelo/espécie, prazo de validade ou de garantia, e número do registro ou inscrição do bem ou produto no órgão competente, quando for o caso.

6.14 Na Proposta Comercial deverão constar as seguintes condições:

6.14.1 Prazo de **validade de 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação;

6.14.2 Preço unitário e total do item cotado, de acordo com os preços praticados no mercado, em algarismos arábicos e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional, considerando as quantidades constantes da Planilha Orçamentária incursa no Termo de Referência do presente Edital;

6.14.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição do objeto desta licitação;

6.14.4 Indicar o número desta licitação e conter o nome comercial da licitante, o CNPJ, o número de telefone e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP;

6.14.5 Ser emitida por processo mecânico, com identificação do proponente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, datada e assinada e, ainda, rubricada em todas as folhas pelo proponente ou por seu representante legal;

6.14.6 Descrever detalhadamente todas as características do produto ofertado, de acordo com as especificações contidas nos anexos deste edital.

6.15 A licitante deve cotar os itens definidos no objeto do Edital, conforme especificado na Planilha Orçamentária incursa no Termo de Referência.

6.16 Não será aceita a proposta que oferecer quantidade inferior a 100% (cem por cento) do que foi solicitado.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

6.17 A apresentação da proposta implicará em plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

6.18 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, ou ainda que sejam declaradas inexequíveis.

6.19 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.20 Após apresentação da Proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro (a).

6.20.1 Não será aceita pela Pregoeira a justificativa de desistência da Proposta (lances) lançada no Sistema por erro de digitação do fornecedor, salvo em situações excepcionálistimas alegadas pelo licitante e em que o erro for patente, ficando este ciente que caso isso ocorra de forma reiterada o mesmo estará sujeito a responder as penalidades constantes neste Edital e na legislação regente. Nesta hipótese pode o Pregoeiro (a) excluir justificadamente o lance, mediante registro no sistema.

6.21 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

6.22 Não serão admitidas ofertas de produtos com especificação diferente do que foi solicitado.

6.23 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.

6.24 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.25 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência.

7.3 Também será desclassificada a proposta:

7.3.1 Que identifique o licitante.

7.3.2 Que não atendam às exigências do ato convocatório ou que apresentem dispositivos contrários à lei e à regulamentação vigente;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

7.3.3 Que contiverem preço ou materiais condicionados a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

7.3.4 Que forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outras licitantes;

7.3.5 **Não comprovar o recolhimento de quantia a título de garantia da proposta, como requisito de pré-habilitação, nos moldes do art. 58 c/c art. 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021.**

7.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro (a) e os licitantes fornecedores.

7.8 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 **O lance deverá ser ofertado pelo valor UNITÁRIO DO ITEM.**

7.10 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12 **Em razão do objeto, o Pregoeiro atribuirá o percentual de lance mínimo, no ato da sessão, se for o caso.**

7.13 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.13.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "Aberto"**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.15 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.16 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.17 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro (a), justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.18 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro (a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao setor específico da plataforma - www.licitaprimaverape.com.br.

7.15 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

sistema.

7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e **reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro (a) aos participantes**, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, (O lance deverá ser ofertado pelo valor UNITÁRIO DO ITEM), conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, incisos e parágrafos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2. Empresas brasileiras;

7.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

7.24.5. O Pregoeiro (a) solicitará a licitante melhor classificada, nas hipóteses em que não ocorrer o fato descrito no subitem 7.24.4 que, no prazo mínimo de até **02 (duas) horas**, envie a **proposta readequada (via sistema)** ao último lance ofertado e/ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, **quando necessários à**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, não sendo permitido a inclusão de documentos que deveriam constar já na fase de cadastramento de proposta/documentos de habilitação, ressalvada, excepcionalmente, a comprovação de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro (a), na forma do Acórdão TCU nº 1.211/21.

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, e caso seja necessário à obtenção do Parecer Técnico do produto pelo setor competente da municipalidade, o Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.26. A comunicação entre o Pregoeiro (a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.27. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública deste pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

8. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação de cada item neste Edital e em seus anexos.

8.2 **Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.**

8.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 **No caso de bens e serviços em geral, fica estabelecido como indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

8.5 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro (a), que comprove:

8.5.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.5.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.6 O Pregoeiro (a) ou o setor competente, quando o substituir, realizará a diligência prevista no item anterior, mediante solicitação feita no chat do sistema eletrônico.

8.7 A diligência deverá ser realizada por meio de análise de documentos, tais como:

8.7.1 Planilhas de composição de custos e declaração de exequibilidade;

8.7.2 Notas fiscais;

8.7.3 Contratos;

8.7.4 Outros documentos que sejam relevantes para a análise da exequibilidade da proposta.

8.8 O Pregoeiro (a) ou o setor competente, quando o substituir, poderá desclassificar a proposta do licitante que não comprovar a exequibilidade da proposta.

8.9 A decisão do Pregoeiro (a) ou o setor competente, quando o substituir, de desclassificar a proposta do licitante deverá ser fundamentada e comunicada ao licitante por meio do PORTAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
DE COMPRAS DE PRIMAVERA.

8.10 O licitante poderá impugnar a decisão do Pregoeiro (a) ou o setor competente, quando o substituir, de desclassificar a proposta do licitante, mediante recurso administrativo.

8.11 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.12 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.13 O Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via plataforma eletrônica - www.licitaprimaverape.com.br, no prazo máximo de até 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14 Dentre os documentos passíveis de solicitação, destacam-se os que contenham as características dos bens/produtos/serviços ofertados, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos, folders ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro (a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro (a).

8.16 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.17 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, deverá negociar sempre com o próximo licitante fornecedor, para que seja obtido preço melhor.

8.18 O Pregoeiro (a) poderá solicitar pareceres de técnicos pertencentes ao quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Primavera /PE ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, e com a devida expertise comprovada no assunto, para orientar sua decisão.

8.19 Havendo necessidade, o Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.20 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro (a) analisará e declarará o julgamento da proposta, observado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, e depois de avaliar os preços finais registrados, mediante registro na funcionalidade própria do sistema do PORTAL DE COMPRAS DE PRIMAVERA, passando a verificação das condições de habilitação do licitante à luz das disposições deste Edital.

9. DA FASE DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

9.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

9.1.3 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>); e

9.1.4 Certidão Negativa de Contas Irregulares perante o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (<https://tcepe.tc.br/internet/index.php/certidao-negativa>).

9.2 **A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

9.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#))

9.5 A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

9.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro (a) reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.7 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.8 **O licitante previamente classificado em primeiro lugar enviará, exclusivamente pelo Sistema Eletrônico, a documentação de habilitação no prazo de 02 (duas) horas após a convocação pelo Agente de Contratação**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, não sendo permitido a inclusão de documentos que deveriam constar já na fase de cadastramento de proposta/documentos de habilitação, ressalvada, excepcionalmente, a comprovação de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro (a), na forma do Acórdão TCU nº 1.211/21.

9.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.10 Não serão aceitos documentos de habilitação entregues fora do prazo estipulado no subitem anterior, considerando o prazo estipulado no sistema eletrônico ou registrado pelo Pregoeiro (a), tampouco documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.11 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

nome da matriz.

9.12 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.13 É de responsabilidade exclusiva do licitante a não apresentação dos documentos solicitados, inclusive o não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital ou determinados pelo Pregoeiro (a) mediante registro no sistema eletrônico, o que poderá ocasionar a sua inabilitação para o item correspondente no certame.

9.14 Ressalvado o disposto no item 9.3, as licitantes deverão encaminhar concomitantemente com o cadastramento da proposta de preços, conforme subitem deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de aceitação e habilitação:

10. HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.6 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

10.7 No caso de cooperativa, se aceito no procedimento: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.8 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, se aceito no procedimento: decreto de autorização;

10.9 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e de documentos de identificação do sócio administrador.

11. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

11.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

11.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

a) Se o ramo de atividade da empresa for comércio, deverá apresentar prova de inscrição estadual (**CACEPE – Cadastro de Contribuinte do Estado** onde a licitante esteja sediada, ou equivalente);

b) Se o ramo de atividade da empresa for prestação de serviços, deverá apresentar prova de inscrição municipal (**CIM, Alvará ou outro equivalente**);

c) Se o ramo de atividade da empresa envolver comércio e prestação de serviços deverá apresentar os documentos exigidos nos *subitens a e b* acima.

11.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 e (Inciso incluído pela Lei 12.440 de 2011) – (www.tst.gov.br);

11.6 Prova de regularidade para com a CERTIDÃO ESTADUAL, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei (Certidão de Regularidade Fiscal – CRF);

11.7 Prova de regularidade para com a CERTIDÃO MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei (Certidão de Regularidade Fiscal – CRF);

11.8 Caso o prestador / fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei; e

11.9 Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação. A mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, onde conste o prazo de validade e não havendo este, somente será aceita com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias ou equivalente;

12.2 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do Estado onde seja localizado, referente aos processos distribuídos pelo

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

PJe (Processos Judiciais Eletrônicos 1º e 2º graus) ou equivalente;

12.3 Em caso de Certidão Positiva com efeito de negativa, referente a processos eletrônicos (PJe), é necessário que o documento mencione se a licitante possui o plano de recuperação homologado em juízo e se está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório;

12.4 Caberá ao licitante obter a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, de acordo com as disposições normativas do respectivo Estado da Federação da sede da licitante ou de seu domicílio.

12.5 **Balço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2023 e 2024), já exigíveis e apresentadas na forma da Lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS — DISPONIBILIDADE INTERNA — IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

12.6 Serão considerados como na forma da Lei, o Balço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

I. Na sociedade Anônima regida pela Lei nº 6.404/76:

- a) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- b) Publicação do Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

II. Na Sociedade Limitada (LTDA):

- a) Fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento **EXTRAÍDOS** do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;
- b) Fotocópia do Balço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

III. Nas sociedades sujeitas a Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 – Novo Estatuto das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual:

- a) Fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento **EXTRAÍDOS** do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;
- b) Fotocópia do Balço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

IV. Na sociedade criada no exercício em curso:

- a) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

12.7 Com base nos dados extraídos do Balanço Patrimonial será avaliada a capacidade financeira da empresa, devendo ser atendidos os seguintes índices:

➤ Índice de Liquidez Corrente

$ILC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante} \geq 1,00$

➤ Índice de Liquidez Geral

$ILG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \div \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} \geq 1,00$

➤ Solvência Geral

$SG = \text{Ativo Total} \div \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} \geq 1,00$

12.8 Para cumprimento do disposto no item anterior, o balanço deverá vir acompanhado de um demonstrativo de cálculos dos índices acima requeridos, bem como assinado e carimbado por contabilista devidamente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade — CRC, sendo que o balanço esteja devidamente registrado na junta, caso o memorial não seja apresentado, o(a) pregoeiro(a) e equipe de apoio reservam-se o direito de efetuar os cálculos.

12.9 **Patrimônio Líquido/Capital Social mínimo de 10% (dez por cento) em relação ao valor estimado da contratação para o item, exigido somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices acima exigidos, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da Lei.**

12.10 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1 As empresas licitantes deverão apresentar os seguintes documentos relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) **Atestado(s) e/ou Certidão(ões)** expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatível em características, com o objeto da licitação;

b) Somente serão aceitos o(s) atestado(s) com as seguintes informações: em papel timbrado da pessoa jurídica de direito público ou privado, com indicação do CNPJ, razão social, e estar assinado pelo responsável que o expediu, bem como com a indicação do respectivo cargo ou função;

c) Licença de funcionamento da Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, onde detém seu estabelecimento;

d) Comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE) emitida pela Anvisa;

e) A Pregoeira reserva-se ao direito de, por meio de diligência, solicitar da proponente os documentos fiscais comprobatórios do fornecimento ou prestação de serviços, fundamentada no Caput do Art. 64 da Lei 14133/21.

f) Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

g) A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

14. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR EXIGIDA PELA RESOLUÇÃO TCE PE Nº 249/2024, alterada pela Resolução TCE PE Nº 271/2025.

14.1 Além de outros requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a licitante deverá apresentar e/ou comprovar:

- 14.1.1** quando o produto for detentor do benefício, exigir que a dedução do **ICMS** esteja explícita na proposta de preço do licitante, que deve conter a alíquota incidente e, em seguida, deduzir o que seria devido caso não houvesse o benefício;
- 14.1.2** exigir que os prazos de validade dos medicamentos e produtos entregues sejam, no mínimo, de **12 (doze) meses** a partir da data de entrega dos produtos, ou, na impossibilidade técnica, devido à natureza do produto, que os produtos sejam entregues com prazo equivalente a, **no mínimo, 75% de sua validade**, contados da data de fabricação
- 14.1.3** o prazo para a entrega dos produtos contratados, a partir da ordem de fornecimento, será 10 (dez) dias corridos;
- 14.1.4** prever que dedução do ICMS, quando aplicável, deve ficar explícita na Nota Fiscal, que deve conter a alíquota incidente e, em seguida, deduzir o que seria devido caso não houvesse o benefício.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO

15.1 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

15.2 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

15.3 Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

15.4 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

15.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

15.6 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou em ato e no prazo registrado no sistema eletrônico pelo Pregoeiro (a).

15.7 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

16. DECLARAÇÕES (Declaração conjunta anexa)

16.1.1 Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

16.1.2 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

16.1.3 Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

16.1.4 Declaração de idoneidade;

16.1.5 Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP ou equiparadas;

16.1.6 Declaração de responsabilidade de conhecimento dos requisitos do edital;

16.1.7 Declaração de inexistência de vínculo empregatício de parentes;

16.1.8 Declaração de elaboração independente de proposta;

16.1.9 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação;

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1 A proposta final da licitante declarada vencedora deverá ser encaminhada no prazo mínimo de até **2 (duas) horas** ininterruptas, sendo contados da solicitação do Pregoeiro (a) no sistema eletrônico - www.licitaprimaverape.com.br, e deverá:

17.2 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.

17.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência da licitante vencedora, para fins de pagamento.

17.4 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

17.6 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso (inciso II, art. 12 da Lei nº 14.133/2021).

17.7 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

17.8 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

17.9 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

17.10 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

18. DOS RECURSOS

18.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá no prazo máximo de **15 (quinze) minutos**, na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **até 03 (três) dias úteis** para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 16.1, importará na **decadência** desse direito, ficando o Pregoeiro (a) autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

18.3 A decisão do Pregoeiro (a) deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.

18.4 O acolhimento do recurso implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

18.5 O recurso contra decisão do Pregoeiro (a) terá efeito suspensivo, conforme o art. 168 da lei 14.133/2021.

18.6 Decididos os recursos e constada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

18.7 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como, os que não forem registrados no Sistema.

18.8 Os autos do processo permanecerão à disposição dos interessados na sala do setor de licitação, localizada no endereço epigrafoado o rodapé deste, sem prejuízo do acesso mediante a plataforma eletrônica www.licitaprimaverape.com.br.

19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

19.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

19.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1 A adjudicação do objeto do presente certame aos fornecedores cujos preços estejam aptos a serem contratados será viabilizada sempre que não houver recurso, e ficará sujeito a homologação nos termos da Lei **Municipal nº 262 de 07 de Janeiro de 2025, arts. nº 11 e 12.**

20.2 No caso de haver recurso, a autoridade competente realizará a adjudicação e a homologação do item em questão.

20.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à aquisição do objeto pela Administração.

20.4 A Adjudicatária é obrigada a substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

20.5 A Adjudicatária é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou a acompanhamento pelo órgão interessado.

21. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1 Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou apresentar pedidos de esclarecimentos mediante o envio de petição formal com o timbre da empresa, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante e digitalizada, por meio do campo próprio do sistema eletrônico.

21.2 Caberá ao Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, o fazendo divulgar em sítio eletrônico da plataforma www.licitaprimaverape.com.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

21.3.2 Acolhida a impugnação, e se como reflexo desta resultar alteração na formulação das propostas ou modificação significativa de critério de julgamento de classificação ou habilitação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22. DO PREGOEIRO (A) E DA AUTORIDADE SUPERIOR

22.1 A Autoridade Superior caberá:

22.1.1 Adjudicar o objeto deste Pregão à licitante vencedora, se houver interposição de recurso;

22.1.2 Homologar o resultado;

22.1.3 Promover a contratação correspondente a este Pregão;

22.1.4 Anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

22.1.5 Revogar este Pregão se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.

22.2 O Pregoeiro (a) juntamente com a Equipe de Apoio poderá relevar simples falhas, omissões ou inobservância de alguma exigência do Pregão, quando não interferirem ou influírem na habilitação e julgamento das propostas, e é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta.

22.3 O Pregoeiro (a) ou autoridade superior buscarão subsídios em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto do objeto desta licitação.

23. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

23.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

23.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

23.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

23.4 É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e ou Assinatura Eletrônica Certificada.

23.5 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

23.6 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

23.7 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do art. 95 da Lei n.º 14.133, de 2021;

23.8 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

23.9 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art. 137, nas formas prevista em seu art. 138, tendo os seus efeitos, quando unilateral, estipulados no art. 139, todos da Lei 14.133, de 2021.

23.10 Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

23.11 Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

23.12 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

23.13 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

23.14 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

melhor condição.

23.15 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, quando for o caso.

23.16 A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item.

23.17 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

23.18 No ato da assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, se for o caso, a licitante deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

23.19 As declarações constantes dos documentos firmados eletronicamente mediante a utilização de processo de certificação digital disponibilizado pela ICP-Brasil, ou outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, presumir-se-ão verdadeiras em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil.

23.20 As empresas podem enviar os contratos assinados digitalmente via e-mail para o e-mail: depart-licitação@primavera.pe.gov.br, no prazo estipulado.

23.21 É vedada a subcontratação, salvo nos casos expressa e previamente autorizados pela Contratante.

24. DO REGISTRO DE PREÇOS

23.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

23.2 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

23.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

23.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

23.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

23.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

23.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. DA VIGÊNCIA

25.1 A vigência da presente contratação terá o prazo de 12 (doze) meses, permitida a prorrogação nos termos da Lei nº 14.133/2021.

26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Primavera/PE para o exercício de 2025 na classificação:

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301 Atenção Básica

Funcional: 10.301.0084.2143.0000 Manutenção do Programa Saúde Com Qualidade

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.122 Administração Geral

Funcional: 10.122.0021.2096.0000 Gestão Administrativas do FMS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301 Atenção Básica

Funcional: 10.301.0108.2142.0000 Manutenção do Programa Saúde Básica Para Todos

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301 Atenção Básica

Funcional: 10.301.0109.2042.0000 Manutenção das Atividades do PSF

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.303 Suporte Profilático e Terapêutico

Funcional: 10.303.0103.2039.0000 Centro de Abastecimento Farmacêutico

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

Código Local:02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade:10.303 Suporte Profilático e Terapêutico

Funcional: 10.303.0103.2039.0000 Centro de Abastecimento Farmacêutico

Natureza da Despesa: 3.3.90.32.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade:02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local:02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade:10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Funcional: 10.302.0100.2150.0000 Manutenção das Atividades do Unidade SAMU

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

27. DA SUBCONTRATAÇÃO

27.1 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratação cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista necessários à execução do objeto.

27.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratação, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

28. DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA E FISCALIZAÇÃO

28.1 O entrega será efetuada de forma PARCELADA, no prazo de 10 (dez) dias corridos após a emissão da Ordem de Fornecimento, gerada pelo Setor Responsável do Fundo Municipal de Saúde de Primavera/PE, enviada por meio eletrônico.

28.2 Na nota fiscal de venda, deverá constar, no que couber, o nome do produto, a marca, nº(s) do(s) lote(s), quantidade fornecida, validade, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência;

28.3 Os produtos deverão ser entregues no endereço solicitado pelas Secretarias Demandantes.

28.4 O objeto da presente licitação será recebido:

28.4.1 PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante atesto de recebimento em quantidade e especificações, assinado pelo fiscal de contrato e pelo representante da empresa contratada; e

28.4.2 DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

28.5 O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato e dar-se-á, ainda, se satisfeitas as seguintes condições:

- a) Material embalado, acondicionado e identificado de acordo com a Especificação Técnica;
- b) Quantidades em conformidade com o estabelecido com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) Entrega no prazo, local e horários previstos neste Termo de Referência

28.6 Serão rejeitados, no ato do recebimento, os produtos fornecidos com especificações diferentes das contidas no objeto e das informadas na proposta, bem como com validade inferior a 12 (doze) meses, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no edital.

28.7 O produto ofertado deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, garantindo sua total integridade até o uso. Rotulado conforme legislação vigente. O produto ofertado deverá

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, e às demais legislações vigentes.

28.8 Só serão recebidos produtos cujas marcas confirmem com aquelas das Propostas de Preços. Será facultado ao Município de Primavera, a seu critério, aceitar outras marcas, desde que isso represente vantagem para a Administração.

28.9 O transporte, carga e a descarga dos produtos correrão por conta da Contratada, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente ao Fundo Municipal de Saúde de Primavera-PE.

28.10 Os produtos definidos no Termo de Referência deverão ser originais, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios, em embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local da entrega.

28.11 Os produtos que não obedecerão às especificações do Termo de Referência serão devolvidos para substituição imediata, sem ônus para a Contratante.

28.12 Constatadas irregularidades quanto à especificação do objeto, o Contratante poderá:

28.12.1 Rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

28.12.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

28.13 A fiscalização do(s) contrato(s) ou instrumento equivalente reflexivos do presente certame será exercido pelo servidor designado na Portaria ou ato próprio emitido pela Autoridade Superior, a ser detalhada em cláusula específica do contrato, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e exercer em toda a sua plenitude a ação fiscalizadora de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021.

28.14 A fiscalização dos serviços será feita pela Servidora, a Sra. **Tatiane Kleide de Araujo Ferreira – Farmaceutica CRF/PE nº 04552**, nos termos da Lei. Nº 14.133/21, que deverá atestar o fornecimento, observando as cláusulas contratuais, sem o qual não serão permitidos quaisquer pagamentos.

28.15 O recebimento definitivo ocorrerá depois de cumpridas às exigências dos itens anteriores, ocasião em que as Notas Fiscais serão atestadas e encaminhadas ao Setor Financeiro, para as devidas providências.

29. DA VALIDADE DOS PRODUTOS

29.1 Os prazos de validade dos produtos entregues sejam, no mínimo, de 12 (doze) meses a partir da data de entrega dos produtos, ou, na impossibilidade técnica, devido à natureza do produto, que os produtos sejam entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação;

30. DO PAGAMENTO

30.1. O pagamento será feito até o 30 (trinta) dias do mês subsequente ao da disponibilização dos produtos e da respectiva emissão e entrega da nota fiscal, mediante atesto do recebimento, em depósito/transferência na conta corrente do favorecido.

30.2. A Contratada deverá encaminhar junto com a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boleto bancário para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

30.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

30.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa do Contratante, o valor devido será acrescido de encargos moratórios calculados desde a data final do período de inadimplência até a data do efetivo pagamento, o valor original deverá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

30.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada em nome da Secretaria demandante, conforme quantitativos específicos, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

30.6. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

30.7. Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar as mesmas condições de habilitação.

30.8. O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.

30.9. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

30.10. Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

30.11. A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso o prazo previsto no subitem **30.1** será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

30.12. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

30.13. Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do Contrato.

30.14. Fica assegurado o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

30.15. Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos do frete, embalagem e todos e quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 e seguintes da Lei Federal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

nº14.133/2021, o licitante ou a adjudicatária que, com dolo ou culpa:

31.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro (a) durante o certame;

31.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantivera proposta em especial quando:

- 31.3.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 31.3.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 31.3.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 31.3.4.** Deixar de apresentar amostra;
- 31.3.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 31.3.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 31.3.7.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 31.3.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 31.3.9.** Fraudar a licitação;
- 31.3.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 31.3.11.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 31.3.12.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 31.3.13.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 31.3.14.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 31.3.15.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

31.4. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 31.4.1.** Advertência;
- 31.4.2.** Multa;
- 31.4.3.** Impedimento de licitar e contratar; e,
- 31.4.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

31.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 31.5.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 31.5.2.** As peculiaridades do caso concreto;
- 31.5.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 31.5.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e,
- 31.5.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

31.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

31.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

31.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

31.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, nos termos da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Primavera-PE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

31.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações, bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

31.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 20.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

31.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

31.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

31.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

31.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

31.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

32. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

32.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato.

33. DAS DILIGÊNCIAS

33.1. É facultada ao Pregoeiro (a), em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da **PROPOSTA DE PREÇOS ou DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, bem como republicar o Edital de ofício ou por provocação de terceiros, na forma da lei, adiar ou prorrogar datas de reunião, desde que comunique formalmente.

34. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

34.1. Esta Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico poderá ser revogada por interesse do Município de Primavera, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que as licitantes tenham direito a qualquer indenização.

34.2. Qualquer modificação no presente EDITAL será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

34.3. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

34.4. Para fins de aplicação das sanções administrativas previstas no Termo de Referência o lance é considerado Proposta.

34.5. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

34.6. O edital estará à disposição dos interessados na internet, no Portal da Transparência: <https://primavera.pe.gov.br/transparencia/> e no endereço eletrônico: www.licitaprimaverape.com.br, onde poderá ser consultado e baixado o edital.

34.7. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF. Desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

34.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

34.9. Aplicam-se a presente licitação, subsidiariamente, a Lei n. 8.078, de 11 de novembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e demais normas legais pertinentes.

34.10. Toda comunicação oficial ocorrerá no campo próprio do Sistema eletrônico (Avisos/Esclarecimentos/Impugnações), por e-mail ou publicação nos Diários Oficiais/Jornais de Grande Circulação, nos termos e hipóteses prescritos na legislação.

34.11. Os recebimentos dos produtos serão provisórios até a verificação da sua conformidade com as especificações do edital e da proposta.

34.12. Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta de Proposta Comercial;

Anexo III – Minuta de Contrato;

Anexo IV - Carta de Credenciamento;

Anexo V – Modelo da declaração conjunta;

Anexo VI - Termo de opção pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006;

Anexo VII - Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo VIII - Dados cadastrais

34.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Primavera /PE.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

34.14. As eventuais dúvidas dos interessados poderão ser dirigidas ao Agente de Contratação - Pregoeiro (a), através do e-mail: cplprimavera0819@gmail.com, bem como na sede da Comissão de Contratação, sito na Rua Coronel Brás Cavalcante, nº 42, Centro, nesta cidade.

Primavera (PE), 13 de Agosto de 2025.

Ester Beatriz da Silva Cavalcanti Falcão
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 368/2025



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 CONSTITUI OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO, O REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO PRIMAVERA-PE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

1.2 A Descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada na solicitação da Farmacêutica, em anexo, parte integrante deste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Saúde de Primavera-PE propõe o registro de preços para a aquisição de para um período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades de saúde da população local. Os materiais são de extrema importância, sendo um insumo estratégico para garantir a saúde do paciente. Em ocasiões de sua falta de abastecimento, ocorre a interrupção do tratamento, trazendo consequências e agravos à doença que está sendo tratada, isso também afeta o sistema de saúde como um todo.

Desta forma e considerando que o SUS (Sistema Único de Saúde) é um direito de todos e dever do Estado, assegura essas ações que são garantidoras universais. Considerando que este pleito para a aquisição está em conformidade com a Lei Federal 14.133/21, bem como a Resolução Nº 249, de 7 de agosto de 2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e suas alterações, que estabelece procedimentos para o planejamento de aquisições e gestão de medicamentos e produtos para saúde no âmbito da administração pública estadual e municipal.

Considerando que a disponibilidade contínua dos materiais médico é essencial para garantir que as unidades de saúde possam prestar serviços de qualidade, atendendo prontamente às demandas da população, evitando interrupções nos atendimentos devido à falta de insumos, assegurando a eficiência dos serviços de saúde e com isto garantir que os pacientes recebam os tratamentos necessários de forma oportuna.

Considerando que o planejamento da aquisição irá se basear por meio da análise dos dados de consumo dos anos anteriores, objetivando uma estimativa de consumo relacionado às quantidades necessárias, bem como a avaliação das condições de saúde prevalentes na população de Primavera-PE, identificando as necessidades específicas do uso dos materiais.

Considerando que a aquisição planejada proporcionará uma melhor disponibilização dos insumos necessários para um atendimento eficaz, atendendo às necessidades de saúde de forma eficiente e oportuna, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma eficiente, evitando desperdícios e assegurando a melhor relação custo-benefício.

Considerando também que de acordo com o artigo 196 da Constituição Federal, "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Desta forma e diante do exposto, a aquisição de para a Secretaria de Saúde de Primavera-PE é imprescindível para manter a qualidade e a continuidade dos serviços de saúde oferecidos à população, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução TC nº 249/2024 do

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

TCE-PE e suas alterações. Com isso, o processo licitatório obedecerá ao Sistema de Registro de Preço por intermédio do Pregão Eletrônico, sistema que se faz mais vantajoso ao Município em virtude de não vincular à Aquisição total do objeto, logo podendo viabilizar as contratações conforme as necessidades.

A contratação ocorrerá por meio de Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores e tendo por base os artigos 196 e 30, § VII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

3. DA JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS:

Para elaborar a justificativa de quantitativos para a aquisição de hospitalar para a Secretaria de Saúde de Primavera-PE, seguem alguns pontos que devem ser considerados:

- Histórico de consumo de nos últimos anos, considerando variações sazonais e eventuais emergências sanitárias.
- Cálculo baseado no consumo médio dos últimos 12 meses, ajustado para atender a possíveis aumentos na demanda.
- Incluir uma margem para imprevistos e possíveis atrasos na entrega de novos materiais.
- Consideração dos protocolos terapêuticos e padrões de prescrição definidos pelas diretrizes do Ministério da Saúde.
- Verificação do orçamento destinado à saúde para garantir a compatibilidade com a aquisição planejada.
- Acesso aos insumos adequados contribui para a diminuição de internações hospitalares, sobrecarga do sistema de saúde e melhora na qualidade de vida da população.
- Número de habitantes de Primavera-PE, incluindo grupos específicos como crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas.
- Disponibilização de materiais essenciais para a prevenção e tratamento eficaz de doenças, especialmente as crônicas e infecciosas.

Destacamos que os quantitativos e valor da licitação para o ano de 2025 se deram pela necessidade de disponibilidade dos materiais nos departamentos, descritos abaixo:

- 01 (um) Pronto atendimento de Urgência e Emergência, funcionando 24h, - Unidade -
- 01 (um) SAMU
- 05 (cinco) Unidades Básicas de Saúde;

Em destaque temos a Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF, que além de promover este fornecimento aos departamentos, atende pacientes que necessitam do uso contínuo de hospitalar.

A quantidade dos itens é informada pelos coordenadores de cada setor referente a um ano de atendimento, bem como solicitação dos pacientes que necessitam de alguns itens que não estavam inclusos em processos anteriores e que apresentaram demanda espontânea, visando uma melhor oferta de saúde e contribuindo para o bem estar dos pacientes, destacamos que alguns aumentaram o quantitativo por necessidade e busca da população.

A estimativa do quantitativo dos materiais a serem licitados tomou como base o consumo durante o ano anterior. A Secretaria de Saúde estimou suas quantidades de acordo com a média de sua necessidade, considerando as peculiaridades de suas rotinas e de atendimento ao público na prestação e realização dos serviços de saúde, chegando-se a um quantitativo que possa suprir a necessidade de seus serviços.

As quantidades são suficientes para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, e consequentemente o Município de Primavera-PE.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

4. DO VALOR ESTIMADO E DAS ESPECIFICAÇÕES:

O Termo de Referência culmina no processo licitatório, reunindo e apresentando informações para a garantia da aquisição dos materiais médicos, os quais oferecem uma melhor qualidade no atendimento aos usuários onde necessitam de cuidados para prosseguir os tratamentos da saúde, seguindo o Estudo Técnico Preliminar que antecede o presente documento.

O valor estimado global **R\$ 2.372.118,63 (Dois milhões, trezentos e setenta e dois mil, cento e dezoito reais e sessenta e três centavos).**

A seguir, apresentaremos as quantidades, especificações e valores estimados dos itens que serão objeto do Processo Licitatório:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTD.	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	ABAIXADOR DE LINGUA DESCARTÁVEL EM MADEIRA 140X15X5MM C/ PONTA ARREDONDADA PCTE C/ 100UI CATMAT - 423465	1200	PACOTES	R\$ 5,64	R\$ 6.768,00
002	ABSORVENTE DE INCONTINÊNCIA MODERADA C/ GEL 49X13CM DESCARTÁVEL ANTI-ALÉRGICO P/ PÓS PARTO E PÓS OPERATÓRIO PCTE C/ 20UI CATMAT - 298019	120	PACOTES	R\$ 10,16	R\$ 1.219,20
003	ÁGUA OXIGENADA 10VOL. FR C/ 1000ML CATMAT - 277319	432	FRASCOS	R\$ 5,25	R\$ 2.268,00
004	AGULHA HIPODÉRMICA 13X4,5 (26G) EM AÇO-INOX SILICONIZADO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ PONTA BISEL CURTA TRIFACELADA + CONECTOR LUER E PROTETOR EM PLÁSTICO CX C/ 100UI CATMAT - 439812	120	CAIXAS	R\$ 6,25	R\$ 750,00
005	AGULHA HIPODÉRMICA 25X7,0 (22GX1) EM AÇO-INOX SILICONIZADO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ PONTA BISEL CURTA TRIFACELADA + CONECTOR LUER E PROTETOR EM PLÁSTICO CX C/ 100UI CATMAT - 397505	120	CAIXAS	R\$ 6,46	R\$ 775,20
006	AGULHA HIPODÉRMICA 25X8,0 (21G) EM AÇO-INOX SILICONIZADO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ PONTA BISEL CURTA TRIFACELADA + CONECTOR LUER E PROTETOR EM PLÁSTICO CX C/ 100UI CATMAT - 397502	120	CAIXAS	R\$ 6,72	R\$ 806,40
007	AGULHA HIPODÉRMICA 30X7,0 (22G 1/4) EM AÇO-INOX SILICONIZADO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ PONTA BISEL CURTA TRIFACELADA + CONECTOR LUER E PROTETOR EM PLÁSTICO CX C/ 100UI CATMAT - 397506	100	CAIXAS	R\$ 6,40	R\$ 640,00
008	AGULHA HIPODÉRMICA 30X8,0 EM AÇO-INOX SILICONIZADO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ PONTA BISEL CURTA TRIFACELADA + CONECTOR LUER E PROTETOR EM PLÁSTICO CX C/ 100UI CATMAT - 397516	120	CAIXAS	R\$ 6,73	R\$ 807,60

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

009	AGULHA HIPODÉRMICA 40 X 12MM (18 G ½), EM AÇO-INOX SILICONIZADO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ PONTA BISEL CURTA TRIFACELADA + CONECTOR LUER E PROTETOR EM PLÁSTICO CX C/ 100UI CATMAT - 439799	2000	CAIXAS	R\$ 7,01	R\$ 14.020,00
010	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% GEL FR C/ 1000ML CATMAT - 269943	720	FRASCOS	R\$ 8,06	R\$ 5.803,20
011	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% LÍQUIDO FR C/ 1000ML CATMAT - 277541	2880	FRASCOS	R\$ 5,42	R\$ 15.609,60
012	ÁLCOOL IODADO 0,1% FR C/ 1000ML CATMAT - 440573	12	FRASCOS	R\$ 16,47	R\$ 197,64
013	ALGODÃO HIDRÓFILO HOSPITALAR EM MANTA ALVEJADA PURIFICADA NÃO-ESTÉRIL S/ IMPUREZAS E ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO ROLO C/ 500G CATMAT - 407961	720	ROLOS	R\$ 13,36	R\$ 9.619,20
014	ALGODÃO ORTOPÉDICO 20CM 100% FIBRA CRÚA DE MANTA UNIFORME ROLO C/ 500G CATMAT - 448288	240	ROLOS	R\$ 13,15	R\$ 3.156,00
015	ALMOTOLIA, MATERIAL:EM POLIETILENO (PLÁSTICO), TIPO BICO:BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TIPO TAMPA:TAMPA EM ROSCA, COR:ÂMBAR, CAPACIDADE:250 ML UNIDADE CATMAT - 279887	100	UNIDADES	R\$ 3,37	R\$ 337,00
016	ALMOTOLIA, MATERIAL:EM POLIETILENO (PLÁSTICO), TIPO BICO:BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TIPO TAMPA:TAMPA EM ROSCA, COR:ÂMBAR, CAPACIDADE:500 ML UNIDADE CATMAT - 279889	100	UNIDADES	R\$ 5,10	R\$ 510,00
017	ALMOTOLIA, MATERIAL:EM POLIETILENO (PLÁSTICO), TIPO BICO:BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TIPO TAMPA:TAMPA EM ROSCA, COR:TRANSPARENTE, CAPACIDADE:250 ML UNIDADE CATMAT - 279893	100	UNIDADES	R\$ 3,15	R\$ 315,00
018	ALMOTOLIA, MATERIAL:EM POLIETILENO (PLÁSTICO), TIPO BICO:BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TIPO TAMPA:TAMPA EM ROSCA, COR:TRANSPARENTE, CAPACIDADE:500 ML UNIDADE CATMAT - 279895	100	UNIDADES	R\$ 4,74	R\$ 474,00
019	ANUSCÓPIO DESCARTÁVEL 9CM X 35 MM, CORPO RETO FECHADO UNIDADE CATMAT - 438933	100	UNIDADES	R\$ 3,91	R\$ 391,00
020	ATADURA CREPOM DE ALGODÃO 10X450CM 13FIO/CM² PCTE C/ 12UI CATMAT - 460133	2880	PACOTES	R\$ 4,65	R\$ 13.392,00
021	ATADURA CREPOM DE ALGODÃO 15X450CM 13FIO/CM² PCTE C/ 12UI CATMAT - 444365	2880	PACOTES	R\$ 6,49	R\$ 18.691,20
022	ATADURA CREPOM DE ALGODÃO 20X450CM 13FIO/CM² PCTE C/ 12UI CATMAT - 444371	2880	PACOTES	R\$ 8,69	R\$ 25.027,20
023	ATADURA GESSADA 100% ALGODÃO DE TELA DE GIRO INGLÊS 10X300CM IMPREGNADA DE GESSO COLOIDAL DE SECAGEM ULTRA RÁPIDA CX C/ 20UI CATMAT - 444609	80	CAIXAS	R\$ 41,67	R\$ 3.333,60

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

024	ATADURA GESSADA 100% ALGODÃO DE TELA DE GIRO INGLÊS 15X300CM IMPREGNADA DE GESSO COLOIDAL DE SECAGEM ULTRA RÁPIDA CX C/ 20UI CATMAT - 444613	60	CAIXAS	R\$ 56,39	R\$ 3.383,40
025	ATADURA GESSADA 100% ALGODÃO DE TELA DE GIRO INGLÊS 20X400CM IMPREGNADA DE GESSO COLOIDAL DE SECAGEM ULTRA RÁPIDA CX C/ 20UI CATMAT - 444614	60	CAIXAS	R\$ 83,09	R\$ 4.985,40
026	AVENTAL CIRÚRGICO EM POLIPROPILENO DESCARTÁVEL 110CM 30G/M² + 2 TIRAS NA CINTURA + ABERTURA NAS COSTAS S/ MANGA UNIDADE CATMAT - 397442	2000	UNIDADES	R\$ 1,76	R\$ 3.520,00
027	AVENTAL CIRÚRGICO EM POLIPROPILENO DESCARTÁVEL 110CM 50G/M² + 2 TIRAS NA CINTURA + ABERTURA NAS COSTAS C/ MANGA LONGA DE ELÁSTICO NO PUNHO UNIDADE CATMAT - 422231	2500	UNIDADES	R\$ 13,34	R\$ 33.350,00
028	BOLSA DE OSTOMIA P/ COLOSTOMIA E ILEOSTOMIA EM PLÁSTICO ANTI-ODOR TRANSMITACIA TRANSPARENTE + PLACA PROTETORA DE RESINA SINTÉTICA TIPO DRENÁVEL RECORTÁVEL 70MM + CLAMP DESEGURANÇA NÃO-METÁLICO INDIVIDUAL UNIDADE CATMAT - 423529	240	UNIDADES	R\$ 52,87	R\$ 12.688,80
029	CÂNULA DE GUEDEL INDIVIDUAL EM PVC ESTÉRIL Nº02 UNIDADE CATMAT - 427150	5	UNIDADES	R\$ 2,12	R\$ 10,60
030	CÂNULA DE GUEDEL INDIVIDUAL EM PVC ESTÉRIL Nº03 UNIDADE CATMAT - 422817	5	UNIDADES	R\$ 2,33	R\$ 11,65
031	CÂNULA DE GUEDEL INDIVIDUAL EM PVC ESTÉRIL Nº04 UNIDADE CATMAT - 422820	5	UNIDADES	R\$ 2,33	R\$ 11,65
032	CÂNULA DE GUEDEL INDIVIDUAL EM PVC ESTÉRIL Nº05 UNIDADE CATMAT - 422818	5	UNIDADES	R\$ 1,88	R\$ 9,40
033	CÂNULA PERI-LARINGEA DESCARTÁVEL Nº03 UNIDADE CATMAT - 475388	6	UNIDADES	R\$ 16,36	R\$ 98,16
034	CÂNULA PERI-LARINGEA DESCARTÁVEL Nº04 UNIDADE CATMAT - 475388	6	UNIDADES	R\$ 16,41	R\$ 98,46
035	CÂNULA PLÁSTICA P/ TRAQUEOSTOMIA C/ CUFF Nº7,0 UNIDADE CATMAT - 255926	10	UNIDADES	R\$ 3,24	R\$ 32,40
036	CÂNULA PLÁSTICA P/ TRAQUEOSTOMIA C/ CUFF Nº7,5 UNIDADE CATMAT - 255102	10	UNIDADES	R\$ 3,26	R\$ 32,60
037	CÂNULA PLÁSTICA P/ TRAQUEOSTOMIA C/ CUFF Nº8,0 UNIDADE CATMAT - 255101	10	UNIDADES	R\$ 3,31	R\$ 33,10
038	CÂNULA PLÁSTICA P/ TRAQUEOSTOMIA C/ CUFF Nº8,5 UNIDADE CATMAT - 255106	10	UNIDADES	R\$ 3,40	R\$ 34,00
039	CAT GUT CROMADO 0 C/ AGULHA 4,0 CX C/ 24UI CATMAT - 281331	12	CAIXAS	R\$ 4,83	R\$ 57,96
040	CAT GUT CROMADO 1-0 C/ AGULHA C/ Nº4,0 CX C/ 24UI CATMAT - 281906	12	CAIXAS	R\$ 78,50	R\$ 942,00
041	CAT GUT CROMADO 2-0 C/ AGULHA Nº3,0 CX C/ 24UI CATMAT - 281330	12	CAIXAS	R\$ 93,87	R\$ 1.126,44

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

042	CAT GUT CROMADO 3-0 C/ AGULHA Nº4,0 CX C/ 24UI CATMAT - 487001	12	CAIXAS	R\$ 85,45	R\$ 1.025,40
043	CAT GUT CROMADO 4-0 C/AGULHA Nº3,0 CX C/ 24UI CATMAT - 486997	12	CAIXAS	R\$ 89,70	R\$ 1.076,40
044	CAT GUT CROMADO 5-0 C/AGULHA Nº4,0 CX C/ 24UI CATMAT - 487028	12	CAIXAS	R\$ 100,65	R\$ 1.207,80
045	CAT GUT SIMPLES 0 C/ AGULHA Nº4,0 CX C/ 24UI CATMAT - 486973	36	CAIXAS	R\$ 66,79	R\$ 2.404,44
046	CAT GUT SIMPLES 1-0 C/ AGULHA Nº 4,0 CX C/ 24UI CATMAT - 486972	24	CAIXAS	R\$ 68,18	R\$ 1.636,32
047	CAT GUT SIMPLES 2-0 C/ AGULHA Nº 4,0 CX C/ 24UI CATMAT - 281069	24	CAIXAS	R\$ 89,82	R\$ 2.155,68
048	CAT GUT SIMPLES 3-0 C/ AGULHA Nº4,0 CX C/ 24UI CATMAT - 281053	12	CAIXAS	R\$ 80,79	R\$ 969,48
049	CAT GUT SIMPLES 4-0 C/ AGULHA Nº4,0 CX C/ 24UI CATMAT - 486940	12	CAIXAS	R\$ 77,05	R\$ 924,60
050	CAT GUT SIMPLES 5-0 C/ AGULHA Nº4,0 CX C/ 24UI CATMAT - 486937	12	CAIXAS	R\$ 92,74	R\$ 1.112,88
051	CATETER INTRAVENOSO JELCO 14G DE TEFLON SILICONADO ESTÉRIL DESC. RADIOPACO COR NBR/ISO 10.555-5; CAM REFLUXO; TAMP A PROT.; AG. AÇO-INOX, BISEL TRIFACELADO CURTO E CONEC LUER C/ PROTETOR DE ENCAIXE; SISTEMA DE SEGURANÇA (TIPO TRAVA D) CX C/ 100UI CATMAT - 437175	6	CAIXAS	R\$ 0,84	R\$ 5,04
052	CATETER INTRAVENOSO JELCO 16G DE TEFLON SILICONADO ESTÉRIL DESC. RADIOPACO COR NBR/ISO 10.555-5; CAM REFLUXO; TAMP A PROT.; AG. AÇO-INOX, BISEL TRIFACELADO CURTO E CONEC LUER C/ PROTETOR DE ENCAIXE; SISTEMA DE SEGURANÇA (TIPO TRAVA D) CX C/ 100UI CATMAT - 460347	36	CAIXAS	R\$ 0,89	R\$ 32,04
053	CATETER INTRAVENOSO JELCO 18G DE TEFLON SILICONADO ESTÉRIL DESC. RADIOPACO COR NBR/ISO 10.555-5; CAM REFLUXO; TAMP A PROT.; AG. AÇO-INOX, BISEL TRIFACELADO CURTO E CONEC LUER C/ PROTETOR DE ENCAIXE; SISTEMA DE SEGURANÇA (TIPO TRAVA D) CX C/ 100UI CATMAT - 438249	60	CAIXAS	R\$ 0,83	R\$ 49,80
054	CATETER INTRAVENOSO JELCO 20G DE TEFLON SILICONADO ESTÉRIL DESC. RADIOPACO COR NBR/ISO 10.555-5; CAM REFLUXO; TAMP A PROT.; AG. AÇO-INOX, BISEL TRIFACELADO CURTO E CONEC LUER C/ PROTETOR DE ENCAIXE; SISTEMA DE SEGURANÇA (TIPO TRAVA D) CX C/ 100UI CATMAT - 438245	90	CAIXAS	R\$ 67,74	R\$ 6.096,60
055	CATETER INTRAVENOSO JELCO 22G DE TEFLON SILICONADO ESTÉRIL DESC. RADIOPACO COR NBR/ISO 10.555-5; CAM REFLUXO; TAMP A PROT.; AG. AÇO-INOX, BISEL TRIFACELADO CURTO E CONEC LUER C/ PROTETOR DE ENCAIXE; SISTEMA DE SEGURANÇA (TIPO TRAVA D) CX C/ 100UI CATMAT - 437179	90	CAIXAS	R\$ 1,96	R\$ 176,40

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

056	CATETER INTRAVENOSO JELCO 24G DE TEFLON SILICONADO ESTÉRIL DESC. RADIOPACO COR NBR/ISO 10.555-5; CAM REFLUXO; TAMPA PROT.; AG. AÇO-INOX, BISEL TRIFACELADO CURTO E CONEC LUER C/ PROTETOR DE ENCAIXE; SISTEMA DE SEGURANÇA (TIPO TRAVA D) CX C/ 50UI CATMAT - 441271	180	CAIXAS	R\$ 0,89	R\$ 160,20
057	CATETER NASAL ADULTO P/ OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS MALEÁVEL DESCARTÁVEL ESTÉRIL + TUBO EM POLIPROPILENO MALEÁVEL + ANEL DE AJUSTE EM LATEX + PRONGA MALEÁVEL DE SILICONE UNIDADE CATMAT - 281420	6000	UNIDADES	R\$ 1,04	R\$ 6.240,00
058	CATETER SUBCLAVIA ADULTO Nº16 16X12 (AMARELO) UNIDADE CATMAT - 386609	10	UNIDADES	R\$ 94,29	R\$ 942,90
059	CATETER SUBCLAVIA ADULTO Nº19 19X12 (VERDE) UNIDADE CATMAT - 380934	10	UNIDADES	R\$ 62,13	R\$ 621,30
060	CATETER SUBCLAVIA INFANTIL Nº18 UNIDADE CATMAT - 284084	10	UNIDADES	R\$ 55,90	R\$ 559,00
061	CLAMP UMBILICAL PLÁSTICO ATÓXICO TAMANHO ÚNICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO C/ EMBALAGEM INDIVIDUAL DE GRÁU CIRÚRGICO UNIDADE CATMAT - 278705	200	UNIDADES	R\$ 0,49	R\$ 98,00
062	CLOREXIDINA 2% SOLUÇÃO DEGERMANTE (GLICONATO) UI C/ 1000ML CATMAT - 269876	1000	UNIDADES	R\$ 6,57	R\$ 6.570,00
063	COBERTOR TÉRMICO LAMINADO UNIDADE CATMAT - 613767	120	UNIDADES	R\$ 5,15	R\$ 618,00
064	COLAR CERVICAL C/ ESPUMA FLEXÍVEL, VELCRO 5CM, REFORÇADO G UNIDADE CATMAT - 292700	40	UNIDADES	R\$ 14,01	R\$ 560,40
065	COLAR CERVICAL C/ ESPUMA FLEXÍVEL, VELCRO 5CM, REFORÇADO M UNIDADE CATMAT - 281465	40	UNIDADES	R\$ 14,06	R\$ 562,40
066	COLAR CERVICAL C/ ESPUMA FLEXÍVEL, VELCRO 5CM, REFORÇADO P UNIDADE CATMAT - 281466	20	UNIDADES	R\$ 13,30	R\$ 266,00
067	COLAR CERVICAL C/ ESPUMA FLEXÍVEL, VELCRO 5CM, REFORÇADO PP UNIDADE CATMAT - 474765	20	UNIDADES	R\$ 12,81	R\$ 256,20
068	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO EM PVC CRISTAL TRANSPARENTE DESCARTÁVEL C/ ALÇA, CLAMP E GRADUAÇÃO 100~1.200ML UNIDADE CATMAT - 460850	600	UNIDADES	R\$ 3,53	R\$ 2.118,00
069	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO EM PLÁSTICO P/ 2000ML GRADUADO 100/100ML C/ FIXAÇÃO AO LEITO TIPO VÁLVULA ANTI-REFLUXO C/ FILTRO P/ AR NA BOLSA, TUBO FIXA EXTENSOR 105CM C/ COMPONENTE ADICIONAL DESCARTÁVEIS UNIDADE CATMAT - 432133	960	UNIDADES	R\$ 3,82	R\$ 3.667,20
070	COMPRESSA CAMPO OPERATÓRIO BRANCA 45X50CM 15FIOS/CM² 4 CAMADAS 100% ALGODÃO + ACABAMENTO PONTO OVERCLOCK DE CANTOS ARREDONDADOS + CADARÇO DUPLO 18CM PCTE C/ 50UI CATMAT - 444416	600	PACOTES	R\$ 56,79	R\$ 34.074,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

071	COMPRESSA DE GAZE CIRÚRGICA BRANCA ESTÉRIL DESCARTÁVEL S/ IMPUREZA 100% ALGODÃO 7,5X7,5CM 13FIOS/CM², 8 CAMADAS, 5 DOBRAS PCTE C/ UI CATMAT – 269971 – AMPLA CONCORRENCIA	135.000	PACOTES	R\$ 4,79	R\$ 646.650,00
072	COMPRESSA DE GAZE CIRÚRGICA BRANCA NÃO ESTÉRIL DESCARTÁVEL S/ IMPUREZA 100% ALGODÃO 7,5X7,5CM 11FIOS/CM², 8 CAMADAS, 5 DOBRAS PCTE C/ 500UI CATMAT - 280744	1200	PACOTES	R\$ 16,39	R\$ 19.668,00
073	CONJUNTO PAPANICOLAU TAMANHO P, COMPOSIÇÃO: 1 ESCOVA CERVICAL, 1 ESPÉCULO VAGINAL GRANDE, 1 ESPÁTULA DE AYRES , 1 PINÇA CHERON. UNIDADE CATMAT - 406274	1200	UNIDADES	R\$ 3,97	R\$ 4.764,00
074	CONJUNTO PAPANICOLAU TAMANHO P, COMPOSIÇÃO: 1 ESCOVA CERVICAL, 1 ESPÉCULO VAGINAL MÉDIO, 1 ESPÁTULA DE AYRES , 1 PINÇA CHERON. UNIDADE CATMAT - 405739	3600	UNIDADES	R\$ 4,03	R\$ 14.508,00
075	CONJUNTO PAPANICOLAU TAMANHO P, COMPOSIÇÃO: 1 ESCOVA CERVICAL, 1 ESPÉCULO VAGINAL PEQUENO, 1 ESPÁTULA DE AYRES , 1 PINÇA CHERON. UNIDADE CATMAT - 406272	2400	UNIDADES	R\$ 3,60	R\$ 8.640,00
076	DETERGENTE ENZIMÁTICO (ALCOOL ISOPRO. + PROTEASE, AMILASE, CARBOIDASE E LIMPASE) GALÃO C/ 1LTS CATMAT - 328078	120	GALÕES	R\$ 24,27	R\$ 2.912,40
077	DISPOSITIVO P/ INCONTINENCIA URINÁRIA NUMº 6 MASCULINA COM PRESERVATIVO PCTE C/ 10UI CATMAT - 481431	500	PACOTES	R\$ 4,51	R\$ 2.255,00
078	DRENO CIRÚRGICO DE PENROSE EM LATEX ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL Nº02 C/ PÓ BIO-ABSORVÍVEL S/ GAZE UNIDADE CATMAT - 438520	10	UNIDADES	R\$ 2,28	R\$ 22,80
079	DRENO CIRÚRGICO DE PENROSE EM LATEX ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL Nº03 C/ PÓ BIO-ABSORVÍVEL S/ GAZE UNIDADE CATMAT - 438521	10	UNIDADES	R\$ 2,35	R\$ 23,50
080	DRENO CIRÚRGICO DE PENROSE EM LATEX ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL Nº04 C/ PÓ BIO-ABSORVÍVEL S/ GAZE UNIDADE CATMAT - 438522	10	UNIDADES	R\$ 2,52	R\$ 25,20
081	DRENO TORÁXICO Nº24 + COLETOR GRADUADO CADA 100ML EM PVC RÍDIDO ATÓXICO ESTÉRIL TRANSPARENTE 1.000ML + TAMPA ROSQUEADA EM 3 VIAS + EXTENSOR DE PVC C/ PINÇA CLAMP + BASE P/ POSIÇÃO VERTICAL + FIO RADIOPAÇO + SISTEMA DE FIXAÇÃO LEITO UNIDADE CATMAT - 284077	10	UNIDADES	R\$ 21,25	R\$ 212,50

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

082	DRENO TORÁXICO Nº26 + COLETOR GRADUADO CADA 100ML EM PVC RÍDIDO ATÓXICO ESTÉRIL TRANSPARENTE 2.000ML + TAMPA ROSQUEADA EM 3 VIAS + EXTENSOR 1,2M DE PVC C/ PINÇA CLAMP + BASE P/ POSIÇÃO VERTICAL + FIO RADIOPACO + SISTEMA DE FIXAÇÃO LEITO UNIDADE CATMAT - 284078	10	UNIDADES	R\$ 7,47	R\$ 74,70
083	DRENO TORÁXICO Nº34 + COLETOR GRADUADO CADA 100ML EM PVC RÍDIDO ATÓXICO ESTÉRIL TRANSPARENTE 1.000ML + TAMPA ROSQUEADA EM 3 VIAS + EXTENSOR DE PVC C/ PINÇA CLAMP + BASE P/ POSIÇÃO VERTICAL + FIO RADIOPACO + SISTEMA DE FIXAÇÃO LEITO UNIDADE CATMAT - 278480	10	UNIDADES	R\$ 26,18	R\$ 261,80
084	DRENO TORÁXICO Nº36 + COLETOR GRADUADO CADA 100ML EM PVC RÍDIDO ATÓXICO ESTÉRIL TRANSPARENTE 1.000ML + TAMPA ROSQUEADA EM 3 VIAS + EXTENSOR DE PVC C/ PINÇA CLAMP + BASE P/ POSIÇÃO VERTICAL + FIO RADIOPACO UNIDADE CATMAT - 284081	10	UNIDADES	R\$ 42,41	R\$ 424,10
085	ELETRODO PARA ELETROCARDIOGRAMA, ADULTO, DESCARTÁVEL, PACOTE COM 50 UNIDADES PACOTE CATMAT - 461243	120	PACOTES	R\$ 10,75	R\$ 1.290,00
086	EQUIPO ATÓXICO APIROGÊNICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL P/ TRANSFUSÃO DE SANGUE EM PVC CRISTAL MÍN.:120MM + PINÇA ROLETE ALTO-VEDANTE DE ALTA PRESSÃO + CÂMARA DUPLA FLEXÍVEL + FILTRO NYLON 170-210MICRAS + CONECTOR LUER LOCK + PENETRADOR ISO:1.135/4 UNIDADE CATMAT - 609776	200	UNIDADES	R\$ 3,73	R\$ 746,00
087	EQUIPO DE NUTRIÇÃO ENTERAL, PVC C/ COR, GRAVITACIONAL, 1 VIA, CÂMARA GOTE.: MACROGOTAS, FLEX, REGULADOR MANUAL: PINÇA ROLETE, CONECTOR DIETA: PONTA PERFURANTE, CONECTOR PACIENTE ESCALONADO, COMPRIMENTO ATÉ 180 CM, ESTÉRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL UNIDADE CATMAT - 609802	4000	UNIDADES	R\$ 0,98	R\$ 3.920,00
088	EQUIPO MACROGOTAS EM PVC CRISTAL DESCARTÁVEL ESTÉRIL ATÓXICO APIROGÊNICO + GOTEJADOR 20GTS/ML + PINÇA ROLETE E TAMPA + EMBALAGEM DE PAPEL GRÁU CIRÚRGICO + INJETOR LATERAL UNIDADE CATMAT - 385209	36000	UNIDADES	R\$ 0,92	R\$ 33.120,00
089	EQUIPO MACROGOTAS FOTOSSENSÍVEL UNIDADE CATMAT - 609556	120	UNIDADES	R\$ 6,03	R\$ 723,60
090	EQUIPO MICROGOTAS EM PVC CRISTAL DESCARTÁVEL ESTÉRIL ATÓXICO APIROGÊNICO TIPO PINÇA ROLETE S/ BURETA + CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL + FILTRO BACTERIANO + SUSPIRO + INJETOR LATERAL UNIDADE CATMAT - 609501	1000	UNIDADES	R\$ 1,26	R\$ 1.260,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

091	EQUIPO PARENTERAL ESTÉRIL DESCARTÁVEL EM PVC COR CRISTAL MIN.:210MM C/ CÂMARA GRADUADA E FILTRO DE AR HIDRÓFOTO P/ BOMBA DE INFUSÃO SANTRONIC UNIDADE CATMAT - 389616	500	UNIDADES	R\$ 25,83	R\$ 12.915,00
092	EQUIPO PVC ESTÉRIL DESCATÁVEL TIPO PINÇA ROLETE DE ALTA PRESSÃO VENOSA CENTRAL + CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL P/ TRANSFERENCIA DE SOLUÇÃO + ADAPTADOR LUER + TUBO EM Y + GRADUAÇÃO VERTICAL 0-60CM UNIDADE CATMAT - 609779	200	UNIDADES	R\$ 6,02	R\$ 1.204,00
093	EQUIPO TIPO BURETA UNIDADE CATMAT - 609665	12	UNIDADES	R\$ 5,94	R\$ 71,28
094	ESCALPE 19G EM TUBO PVC CRISTAL, CÂNULA INOX SILICO FLEX ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCAR. SUPERFICIAL DE ASAS LEVES FLEX. + CONECTOR LUER LOCK CÔNICO RÍGIDO + BISEL TRIFACELADO + TAMPA PROTETORA + BAINHA PROTEÇÃO + ACESSÓRIOS D CX C/ 100UI CATMAT - 437164	60	CAIXAS	R\$ 0,25	R\$ 15,00
095	ESCALPE 21G EM TUBO PVC CRISTAL, CÂNULA INOX SILICO FLEX ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCAR. SUPERFICIAL DE ASAS LEVES FLEX. + CONECTOR LUER LOCK CÔNICO RÍGIDO + BISEL TRIFACELADO + TAMPA PROTETORA + BAINHA PROTEÇÃO + ACESSÓRIOS D CX C/ 100UI CATMAT - 437166	60	CAIXAS	R\$ 0,76	R\$ 45,60
096	ESCALPE 23G EM TUBO PVC CRISTAL, CÂNULA INOX SILICO FLEX ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCAR. SUPERFICIAL DE ASAS LEVES FLEX. + CONECTOR LUER LOCK CÔNICO RÍGIDO + BISEL TRIFACELADO + TAMPA PROTETORA + BAINHA PROTEÇÃO + ACESSÓRIOS D CX C/ 100UI CATMAT - 437174	240	CAIXAS	R\$ 21,72	R\$ 5.212,80
097	ESCALPE 25G EM TUBO PVC CRISTAL, CÂNULA INOX SILICO FLEX ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCAR. SUPERFICIAL DE ASAS LEVES FLEX. + CONECTOR LUER LOCK CÔNICO RÍGIDO + BISEL TRIFACELADO + TAMPA PROTETORA + BAINHA PROTEÇÃO + ACESSÓRIOS D CX C/ 100UI CATMAT - 437172	120	CAIXAS	R\$ 0,46	R\$ 55,20
098	ESCALPE 27G EM TUBO PVC CRISTAL, CÂNULA INOX SILICO FLEX ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCAR. SUPERFICIAL DE ASAS LEVES FLEX. + CONECTOR LUER LOCK CÔNICO RÍGIDO + BISEL TRIFACELADO + TAMPA PROTETORA + BAINHA PROTEÇÃO + ACESSÓRIOS D CX C/ 100UI CATMAT - 437187	120	CAIXAS	R\$ 0,31	R\$ 37,20
099	ESCOVA DE DEGERMAÇÃO ESTÉRIL DESCARTÁVEL CLOREXIDINA 2% UNIDADE CATMAT - 620163	500	UNIDADES	R\$ 2,21	R\$ 1.105,00
100	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO C/ MASSA ADESIVA DE ZINCO E DORSO DE TECIDO DE ALGODÃO 0,10X4,5M ROLO CATMAT - 437863	2880	ROLOS	R\$ 10,57	R\$ 30.441,60

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

101	ESPARADRAPO MICROPORE BRANCO NÃO-TECIDO DE VISCOSE RAYON ANTI-ALÉRGICO 0,10X4,5M UNIDADE CATMAT - 437866	1440	UNIDADES	R\$ 5,90	R\$ 8.496,00
102	ESPONJA, PRINCÍPIO ATIVO:FIBRINOGENIO E FIBRINA HUMANOS, DIMENSÕES:CERCA DE 5 X 10 CM, ESTERILIDADE :ESTÉRIL, USO ÚNICO, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL (DIVIDIDO POR CASULOS) CASULO CATMAT - 434481	6	UNIDADES	R\$ 56,87	R\$ 341,22
103	ESTABILIZADOR DE CABEÇA C/ COXIM P/ PRANCHA DE RESGATE UNIDADE CATMAT - 360783	6	UNIDADES	R\$ 106,56	R\$ 639,36
104	ESTETOSCÓPIO, TIPO:BIAURICULAR, ACESSÓRIOS:OLIVAS ANATÔMICAS SILICONE, HASTE:HASTE AÇO INOX, TUBO:TUBO "Y" PVC, AUSCULTADOR:AUSCULTADOR DUPLO AÇO INOX C/ ANEL DE BORRACHA, TAMANHO:ADULTO UNIDADE CATMAT - 609094	100	UNIDADES	R\$ 15,85	R\$ 1.585,00
105	ÉTER SULFÚRICO LITRO CATMAT - 437091	12	LITROS	R\$ 35,94	R\$ 431,28
106	FILME RADIOLOGICO, TIPO:RAIO-X, DIMENSÕES:18 X 24 CM CX C/ 100UI CATMAT - 415575	24	CAIXAS	R\$ 121,33	R\$ 2.911,92
107	FILME RADIOLOGICO, TIPO:RAIO-X, DIMENSÕES:24 X 30 CM CX C/ 100UI CATMAT - 415576	26	CAIXAS	R\$ 180,91	R\$ 4.703,66
108	FILME RADIOLOGICO, TIPO:RAIO-X, DIMENSÕES:30 X 40 CM CX C/ 100UI CATMAT - 415577	26	CAIXAS	R\$ 378,24	R\$ 9.834,24
109	FILME RADIOLOGICO, TIPO:RAIO-X, DIMENSÕES:35 X 35 CM CX C/ 100UI CATMAT - 415578	48	CAIXAS	R\$ 385,04	R\$ 18.481,92
110	FILME RADIOLOGICO, TIPO:RAIO-X, DIMENSÕES:35X 43 CM CX C/ 100UI CATMAT - 415610	48	CAIXAS	R\$ 409,73	R\$ 19.667,04
111	FIO DE ALGODÃO 0 S/ AGULHA CX C/ 24UI CATMAT - 310474	12	CAIXAS	R\$ 2,72	R\$ 32,64
112	FIO DE ALGODÃO 2-0 C/ AGULHA Nº04 CX C/ 24UI CATMAT - 487623	12	CAIXAS	R\$ 57,35	R\$ 688,20
113	FIO DE ALGODÃO 2-0 S/ AGULHA CX C/ 24UI CATMAT - 600140	12	CAIXAS	R\$ 2,70	R\$ 32,40
114	FIO DE MONONYLON 0 C/ AGULHA Nº3,0 CX C/ 24UI CATMAT - 281890	12	CAIXAS	R\$ 38,56	R\$ 462,72
115	FIO DE MONONYLON 0 C/ AGULHA Nº3,5 CX C/ 24UI CATMAT - 487456	12	CAIXAS	R\$ 33,88	R\$ 406,56
116	FIO DE MONONYLON 1-0 C/ AGULHA Nº3,0 CX C/ 24UI CATMAT - 487461	12	CAIXAS	R\$ 34,06	R\$ 408,72
117	FIO DE MONONYLON 2-0 C/ AGULHA Nº3,0 CX C/ 24UI CATMAT - 487455	24	CAIXAS	R\$ 27,16	R\$ 651,84
118	FIO DE MONONYLON 2-0 C/ AGULHA Nº3,5 CX C/ 24UI CATMAT - 487453	24	CAIXAS	R\$ 31,49	R\$ 755,76
119	FIO DE MONONYLON 3-0 C/ AGULHA Nº3,0 CX C/ 24UI CATMAT - 487445	48	CAIXAS	R\$ 38,26	R\$ 1.836,48
120	FIO DE MONONYLON 3-0 C/ AGULHA Nº3,5 CX C/ 24UI CATMAT - 487446	48	CAIXAS	R\$ 31,60	R\$ 1.516,80
121	FIO DE MONONYLON 4-0 C/ AGULHA Nº3,0 CX C/ 24UI CATMAT - 487435	24	CAIXAS	R\$ 28,60	R\$ 686,40
122	FIO DE MONONYLON 5-0 C/ AGULHA Nº3,0 CX C/ 24UI CATMAT - 487418	12	CAIXAS	R\$ 25,79	R\$ 309,48

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

123	FITA ADESIVA, MATERIAL:PLÁSTICO, TIPO:AUTO - ADESIVA ZEBRADA, LARGURA:10 CM, COMPRIMENTO:100 M, COR:PRETA E AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FORMATO CORES EM DIAGONAL ROLO CATMAT - 346417	12	ROLOS	R\$ 14,43	R\$ 173,16
124	FITA CREPE MONOFACE BRANCA MULTIUSO 0,019X50M UNIDADE CATMAT - 278970	120	UNIDADES	R\$ 4,39	R\$ 526,80
125	FITA P/ AUTOCLAVE 0,019X55M EM NÃO-TECIDO C/ INDICADOR QUÍMICO ROLO CATMAT - 332343	900	ROLOS	R\$ 4,08	R\$ 3.672,00
126	FIXADOR CELULAR SPRAY C/ 100ML CATMAT - 373715	120	SPAYS	R\$ 8,43	R\$ 1.011,60
127	FIXADOR P/ RADIOLOGIA AUTOMÁTICO P/ RX AGFA 38 LITROS. GL C/ 38 LTS CATMAT - 405631	18	GALÕES	R\$ 285,14	R\$ 5.132,52
128	FLUXÔMETRO P/ OXIGÊNIO UNIDADE CATMAT - 251490	48	UNIDADES	R\$ 81,76	R\$ 3.924,48
129	FORMOL 10% (FORMOLDEÍDO) LÍQUIDO INCOLOR LÍMPIDO UI C/ 1000ML CATMAT - 345486	12	UNIDADES	R\$ 14,85	R\$ 178,20
130	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA ANATÔMICA EXTRA GRANDE (P/ 40-70KG) ABSORVENTE ANTIALÉRGICA C/ DUPLO-ADESIVO, ELÁSTICO EM PERNAS UNIDADE CATMAT - 380597	2184	UNIDADES	R\$ 1,41	R\$ 3.079,44
131	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA ANATÔMICA GRANDE (P/ 40-70KG) ABSORVENTE ANTIALÉRGICA C/ DUPLO-ADESIVO, ELÁSTICO EM PERNAS UNIDADE CATMAT - 360501	9360	UNIDADES	R\$ 1,36	R\$ 12.729,60
132	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA ANATÔMICA MÉDIA (P/ 40-70KG) ABSORVENTE ANTIALÉRGICA C/ DUPLO-ADESIVO, ELÁSTICO EM PERNAS UNIDADE CATMAT - 358131	3600	UNIDADES	R\$ 1,32	R\$ 4.752,00
133	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA ANATÔMICA PEQUENA (P/ 40-70KG) ABSORVENTE ANTIALÉRGICA C/ DUPLO-ADESIVO, ELÁSTICO EM PERNAS UNIDADE CATMAT - 427338	600	UNIDADES	R\$ 1,37	R\$ 822,00
134	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA ANATÔMICA XXG (P/ 40-70KG) ABSORVENTE ANTIALÉRGICA C/ DUPLO-ADESIVO, ELÁSTICO EM PERNAS UNIDADE CATMAT - 616015	936	UNIDADES	R\$ 1,60	R\$ 1.497,60
135	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL ANATÔMICA GRANDE (P/ 09-14KG) ABSORVENTE ANTIALÉRGICA C/ DUPLO-ADESIVO, ELÁSTICO EM PERNAS UNIDADE CATMAT - 425355	7200	UNIDADES	R\$ 0,63	R\$ 4.536,00
136	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL ANATÔMICA MÉDIA (P/ 06-11KG) ABSORVENTE ANTIALÉRGICA C/ DUPLO-ADESIVO, ELÁSTICO EM PERNAS UNIDADE CATMAT - 358100	4800	UNIDADES	R\$ 0,55	R\$ 2.640,00
137	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL ANATÔMICA PEQUENA (P/ 00-08KG) ABSORVENTE ANTIALÉRGICA C/ DUPLO-ADESIVO, ELÁSTICO EM PERNAS UNIDADE CATMAT - 425353	2880	UNIDADES	R\$ 0,51	R\$ 1.468,80
138	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL ANATÔMICA XG (P/ 11-15KG) ABSORVENTE ANTIALÉRGICA C/ DUPLO-ADESIVO, ELÁSTICO EM PERNAS UNIDADE CATMAT - 616004	7200	UNIDADES	R\$ 0,74	R\$ 5.328,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

139	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL ANATÔMICA XXG (P/ 14~18KG) ABSORVENTE ANTIALÉRGICA C/ DUPLO-ADESIVO, ELÁSTICO EM PERNAS UNIDADE CATMAT - 616005	9000	UNIDADES	R\$ 0,98	R\$ 8.820,00
140	FRASCO, MATERIAL: POLIETILENO, COR: INCOLOR, CAPACIDADE:200 ML, APLICAÇÃO: ALIMENTAÇÃO ENTERAL - IOGURTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPA PRESSÃO UNIDADE CATMAT - 247547	4000	UNIDADES	R\$ 4,49	R\$ 17.960,00
141	GEL CONDUTOR DE ALTA-CONSISTÊNCIA S/ CLORETO DE SÓDIO P/ ULTRA ECG POTE C/ 1000ML CATMAT - 475840	24	PACOTES	R\$ 5,75	R\$ 138,00
142	GEL CONDUTOR DE ALTA-CONSISTÊNCIA S/ CLORETO DE SÓDIO P/ ULTRA SONOGRAFIA POTE C/ 1000ML CATMAT - 475840	240	PACOTES	R\$ 5,70	R\$ 1.368,00
143	GEL LUBRIFICANTE NEUTRO A BASE DE ÁGUA BISNAGA C/ 50G CATMAT - 325424	60	BISNAGAS	R\$ 7,57	R\$ 454,20
144	GLICOSIMETRIA-AFERIDOR (C/ GARANTIA DE 1 ANO) MONITOR BASEADO EM PLATAFORMA AMPEROMÉTRICA (BLOSENSOR) PORTÁTIL, PARA USO HOSPITALAR E DOMICILIAR; - FAIXA DE MEDIÇÃO DE VALORES ENTRE 20 A 600 MG/DL; - VOLUME DA AMOSTRA DE 1 MICROLITRO; OFERECENDO RESULTADO DA ANÁLISE INFERIOR A 10 SEGUNDOS; - POSSUI MEMÓRIA DE 300 RESULTADOS COM DATA E HORA; - POSSUI PORTA SERIAL PARA CONECTIVIDADE E TRANSFERÊNCIA DE DADOS. UNIDADE CATMAT - 389556	120	UNIDADES	R\$ 47,37	R\$ 5.684,40
145	GLICOSIMETRIA-FITA (COMPATÍVEL AO AFERIDOR) CX C/ 50 UI CATMAT - 339565	2400	CAIXAS	R\$ 24,04	R\$ 57.696,00
146	GLUTARALDEÍDO 2% C/ PÓ ATIVADOR P/ 28 DIAS GALÃO C/ 1LTS CATMAT - 269883	12	GALÕES	R\$ 81,89	R\$ 982,68
147	INDICADORES QUÍMICO INTERNO MULTIPARAMÉTRICO P/ VAPOR PCTE C/ 200UI CATMAT - 332345	12	PACOTES	R\$ 59,66	R\$ 715,92
148	LÂMINA LABORATÓRIO, MATERIAL:VIDRO, DIMENSÕES:CERCA DE 75 X 25 MM, TIPO BORDA:BORDA FOSCA CX C/ 100UI CATMAT - 409706	60	CAIXAS	R\$ 5,54	R\$ 332,40
149	LÂMINA P/ BISTURI Nº15 ESTÉRIL DESCARTÁVEL EM AÇO CARBONO CX C/ 100UI CATMAT - 273178	10	CAIXAS	R\$ 26,23	R\$ 262,30
150	LÂMINA P/ BISTURI Nº21 ESTÉRIL DESCARTÁVEL EM AÇO CARBONO CX C/ 100UI CATMAT - 273179	10	CAIXAS	R\$ 28,01	R\$ 280,10
151	LÂMINA P/ BISTURI Nº22 ESTÉRIL DESCARTÁVEL EM AÇO CARBONO CX C/ 100UI CATMAT - 242918	10	CAIXAS	R\$ 29,05	R\$ 290,50
152	LÂMINA P/ BISTURI Nº23 ESTÉRIL DESCARTÁVEL EM AÇO CARBONO CX C/ 100UI CATMAT - 313631	60	CAIXAS	R\$ 27,09	R\$ 1.625,40
153	LÂMINA P/ BISTURI Nº24 ESTÉRIL DESCARTÁVEL EM AÇO CARBONO CX C/ 100UI CATMAT - 299240	20	CAIXAS	R\$ 28,45	R\$ 569,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

154	LANCETA PICADORA. MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, PONTA AFIADA, TRIFACETADA, USO: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CX C/ 100UI CATMAT - 303151	3600	CAIXAS	R\$ 10,13	R\$ 36.468,00
155	LENÇOL DE PAPEL 50X70 P/ MACA. PAPEL EMBRULHO, TIPO PAPEL: PAPEL MANILHA, APRESENTAÇÃO: BOBINA, PESO: 11 KG, MODELO: LISO, APLICAÇÃO: FORRAÇÃO MACAS/MESAS ROLO CATMAT - 282190	1200	ROLOS	R\$ 11,08	R\$ 13.296,00
156	LUVA CIRÚRGICA ANATÔMICA DE LÁTEX NATURAL ESTÉRIL, DESCARTÁVEL Nº7,0 28CM LUBRIFICADA C/ PÓ ABSORVÍVEL ATÓXICO; EMBALADA COM ABERTURA ASSÉPTICA PAR CATMAT - 269839	2000	PARES	R\$ 1,47	R\$ 2.940,00
157	LUVA CIRÚRGICA ANATÔMICA DE LÁTEX NATURAL ESTÉRIL, DESCARTÁVEL Nº7,5 28CM LUBRIFICADA C/ PÓ ABSORVÍVEL ATÓXICO; EMBALADA COM ABERTURA ASSÉPTICA PAR CATMAT - 269838	2000	PARES	R\$ 1,39	R\$ 2.780,00
158	LUVA CIRÚRGICA ANATÔMICA DE LÁTEX NATURAL ESTÉRIL, DESCARTÁVEL Nº8,0 28CM LUBRIFICADA C/ PÓ ABSORVÍVEL ATÓXICO; EMBALADA COM ABERTURA ASSÉPTICA PAR CATMAT - 276340	2000	PARES	R\$ 1,31	R\$ 2.620,00
159	LUVA CIRÚRGICA ANATÔMICA DE LÁTEX NATURAL ESTÉRIL, DESCARTÁVEL Nº8,5 28CM LUBRIFICADA C/ PÓ ABSORVÍVEL ATÓXICO; EMBALADA COM ABERTURA ASSÉPTICA PAR CATMAT - 269947	1000	PARES	R\$ 1,43	R\$ 1.430,00
160	LUVA DE PROCEDIMENTO LONGA ANATÔMICA BIDESETRA EM LÁTEX NATURAL RESISTENTE INTEGRO UNIFORME DESCARTÁVEL GRANDE E LUBRIFICADA C/ PÓ BIO-ABSORVÍVEL CX C/ 100UI CATMAT - 269892	600	CAIXAS	R\$ 23,36	R\$ 14.016,00
161	LUVA DE PROCEDIMENTO LONGA ANATÔMICA BIDESETRA EM LÁTEX NATURAL RESISTENTE INTEGRO UNIFORME DESCARTÁVEL MÉDIA E LUBRIFICADA C/ PÓ BIO-ABSORVÍVEL CX C/ 100UI CATMAT - 269893	2000	CAIXAS	R\$ 24,45	R\$ 48.900,00
162	LUVA DE PROCEDIMENTO LONGA ANATÔMICA BIDESETRA EM LÁTEX NATURAL RESISTENTE INTEGRO UNIFORME DESCARTÁVEL PEQUENA E LUBRIFICADA C/ PÓ BIO-ABSORVÍVEL CX C/ 100UI CATMAT - 269894	480	CAIXAS	R\$ 28,02	R\$ 13.449,60
163	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA EM ALGODÃO Nº 4X250CM UNIDADE CATMAT - 445964	50	UNIDADES	R\$ 11,84	R\$ 592,00
164	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA EM ALGODÃO Nº 6X250CM UNIDADE CATMAT - 445962	50	UNIDADES	R\$ 13,82	R\$ 691,00
165	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA EM ALGODÃO Nº 8X250CM UNIDADE CATMAT - 445963	50	UNIDADES	R\$ 16,50	R\$ 825,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

166	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA EM ALGODÃO Nº10X250CM UNIDADE CATMAT - 445965	20	UNIDADES	R\$ 18,91	R\$ 378,20
167	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA EM ALGODÃO Nº12X250CM UNIDADE CATMAT - 445966	20	UNIDADES	R\$ 20,80	R\$ 416,00
168	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA EM ALGODÃO Nº20X250CM UNIDADE CATMAT - 445967	20	UNIDADES	R\$ 34,02	R\$ 680,40
169	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA EM ALGODÃO Nº25X250CM UNIDADE CATMAT - 445961	20	UNIDADES	R\$ 36,21	R\$ 724,20
170	MANÔMETRO P/ CILINDRO DE OXIGÊNIO UNIDADE CATMAT - 267430	30	UNIDADES	R\$ 82,15	R\$ 2.464,50
171	MÁSCARA CIRÚRGICA DE FILTRAGEM TRIPLA-CAMADA RETANGULAR BRANCA ANTIALÉRGICA DESCARTÁVEL 30G/M² C/ ELÁSTICO UNIDADE CATMAT - 485315	12000	UNIDADES	R\$ 10,34	R\$ 124.080,00
172	MÁSCARA DE VENTURE ADULTO C/ TUBO EXTENSOR UNIDADE CATMAT - 454554	5	UNIDADES	R\$ 10,29	R\$ 51,45
173	MÁSCARA DE VENTURE ADULTO NÃO-INALANTE C/ RESERVATÓRIO UNIDADE CATMAT - 454574	5	UNIDADES	R\$ 8,60	R\$ 43,00
174	MÁSCARA DE VENTURE PEDIÁTRICO C/ TUBO EXTENSOR UNIDADE CATMAT - 454555	5	UNIDADES	R\$ 9,21	R\$ 46,05
175	MÁSCARA DESCARTÁVEL ANTIFLUIDO MOLDADA C/ FILTRAGEM Nº95 UNIDADE CATMAT - 485530	2400	UNIDADES	R\$ 4,82	R\$ 11.568,00
176	MÁSCARA FACIAL AUTOCLAVÁVEL C/ RESERVATÓRIO (AMBÚ REANIMADOR MANUAL DE SILICONE . MÁSCARA Nº 0 NEONATO. UNIDADE CATMAT - 456405	4	UNIDADES	R\$ 39,86	R\$ 159,44
177	MÁSCARA FACIAL AUTOCLAVÁVEL C/ RESERVATÓRIO (AMBÚ REANIMADOR MANUAL DE SILICONE . MÁSCARA Nº 2 INFANTIL. UNIDADE CATMAT - 456407	2	UNIDADES	R\$ 145,45	R\$ 290,90
178	MÁSCARA FACIAL AUTOCLAVÁVEL C/ RESERVATÓRIO (AMBÚ REANIMADOR MANUAL DE SILICONE . MÁSCARA Nº 4 ADULTO.. UNIDADE CATMAT - 456406	3	UNIDADES	R\$ 17,15	R\$ 51,45
179	MÁSCARA LARINGEA Nº1,0 AUTOCLAVÁVEL UNIDADE CATMAT - 451099	6	UNIDADES	R\$ 17,09	R\$ 102,54
180	MÁSCARA LARINGEA Nº2,0 AUTOCLAVÁVEL UNIDADE CATMAT - 451100	6	UNIDADES	R\$ 14,01	R\$ 84,06
181	MÁSCARA LARINGEA Nº2,5 AUTOCLAVÁVEL UNIDADE CATMAT - 451098	6	UNIDADES	R\$ 15,36	R\$ 92,16
182	MÁSCARA LARINGEA Nº3,0 AUTOCLAVÁVEL UNIDADE CATMAT - 451101	6	UNIDADES	R\$ 15,35	R\$ 92,10
183	MÁSCARA LARINGEA Nº4,0 AUTOCLAVÁVEL UNIDADE CATMAT - 451102	12	UNIDADES	R\$ 15,06	R\$ 180,72
184	MÁSCARA LARINGEA Nº6,0 AUTOCLAVÁVEL UNIDADE CATMAT - 451105	12	UNIDADES	R\$ 33,42	R\$ 401,04
185	MÁSCARA P/ NEBULIZAÇÃO ADULTA UNIDADE CATMAT - 475758	48	UNIDADES	R\$ 7,81	R\$ 374,88
186	MÁSCARA P/ NEBULIZAÇÃO INFANTIL UNIDADE CATMAT - 454605	48	UNIDADES	R\$ 8,33	R\$ 399,84

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

187	ÓCULOS DE PROTEÇÃO AMPLA-VISÃO DE PVC TRANSPARENTE ANTE-ABRASÃO (EPI) UNIDADE CATMAT - 479677	120	UNIDADES	R\$ 12,94	R\$ 1.552,80
188	OLIVA P/ ESTETOSCÓPIO. USO MÉDICO, MATERIAL:SILICONE, APLICAÇÃO:COMPATÍVEL C/ ESTETOSCÓPIO UNIDADE CATMAT - 455893	120	UNIDADES	R\$ 16,24	R\$ 1.948,80
189	PALINETE FLEXÍVEIS C/ PONTA DE ALGODÃO CX C/ 100UI CATMAT - 275665	10	CAIXAS	R\$ 1,70	R\$ 17,00
190	PAPEL TERMOSSESIVEL PARA ECG TITB 210MM X 30MM ROLO CATMAT - 438061	120	ROLOS	R\$ 22,10	R\$ 2.652,00
191	POLIFIX 2 VIAS (EXTENSOR) CLAMP UNIDADE CATMAT - 4302	6000	UNIDADES	R\$ 0,62	R\$ 3.720,00
192	POVIDINE DEGERMANTE (IODOPOVIDONA 10% + IODO 1%) FR C/ 1000ML CATMAT - 398705	60	FRASCOS	R\$ 43,51	R\$ 2.610,60
193	POVIDINE TÓPICO (IODOPOVIDONA 10% + IODO 1%) TÓPICA AQUOSA LITRO CATMAT - 398706	240	LITROS	R\$ 43,50	R\$ 10.440,00
194	PULSEIRA HOSPITALAR DE IDENTIFICAÇÃO PLÁSTICA ATÓXICA INCOLOR ANTILÉRGICA RECÉM-NASCIDO C/ COLAGEM DEFINITIVA PCTE C/ 500UI CATMAT - 236782	500	PACOTES	R\$ 1,38	R\$ 690,00
195	REVELADOR P/ RADIOLOGIA AUTOMÁTICO P/ RX AGFA 38 LITROS GL C/ 38LTS CATMAT - 405619	18	GALÕES	R\$ 401,41	R\$ 7.225,38
196	SABONETE NEUTRO LÍQUIDO GLICERINADO C/ PH NEUTRO LITRO CATMAT - 243220	360	LITROS	R\$ 16,23	R\$ 5.842,80
197	SAPATILHA CIRÚRGICA BRANCA DE TNT DESCARTÁVEL TAMANHO ÚNICO GRAMATURA:50G/M2 ESPESSURA:0,15MM PCTE C/ 100UI CATMAT - 436854	40	PACOTES	R\$ 6,61	R\$ 264,40
198	SERINGA 001ML GRADUAÇÃO LEGÍVEL DE 100UI EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE APIROGÊNICO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL + AGULHA 13X4,5 P/ INSULINA UNIDADE CATMAT - 443468	48000	UNIDADES	R\$ 0,18	R\$ 8.640,00
199	SERINGA 003ML GRADUAÇÃO LEGÍVEL EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE APIROGÊNICO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL + AGULHA 25X7,0 + ÊMBOLO C/ PONTA SILICONADA UNIDADE CATMAT - 439669	48000	UNIDADES	R\$ 0,19	R\$ 9.120,00
200	SERINGA 005ML GRADUAÇÃO LEGÍVEL EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE APIROGÊNICO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL + AGULHA 25X7,0 + ÊMBOLO C/ PONTA SILICONADA UNIDADE CATMAT - 439688	48000	UNIDADES	R\$ 0,22	R\$ 10.560,00
201	SERINGA 010ML GRADUAÇÃO LEGÍVEL EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE APIROGÊNICO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL + AGULHA 25X7,0 + ÊMBOLO C/ PONTA SILICONADA UNIDADE CATMAT - 439707	48000	UNIDADES	R\$ 0,34	R\$ 16.320,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

202	SERINGA 020ML GRADUAÇÃO LEGÍVEL EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE APIROGÊNICO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL + AGULHA 25X7,0 + ÊMBOLO C/ PONTA SILICONADA UNIDADE CATMAT - 439711	36000	UNIDADES	R\$ 0,45	R\$ 16.200,00
203	SONDA DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL UNIDADE CATMAT - 435902	360	UNIDADES	R\$ 10,79	R\$ 3.884,40
204	SONDA DE FOLEY Nº08 BIFÁSICA SILICONADA DESCARTAVEL ESTÉRIL APIROGÊNICA C/ BALÃO 30ML, SUPERFICIEL LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS, ESTERILIDADE DE FUNIL DE DRENAGEM P/ TODAS AS SERINGAS UNIDADE CATMAT - 435998	200	UNIDADES	R\$ 2,68	R\$ 536,00
205	SONDA DE FOLEY Nº10 BIFÁSICA SILICONADA DESCARTAVEL ESTÉRIL APIROGÊNICA C/ BALÃO 30ML, SUPERFICIEL LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS, ESTERILIDADE DE FUNIL DE DRENAGEM P/ TODAS AS SERINGAS UNIDADE CATMAT - 436000	50	UNIDADES	R\$ 2,78	R\$ 139,00
206	SONDA DE FOLEY Nº12 BIFÁSICA SILICONADA DESCARTAVEL ESTÉRIL APIROGÊNICA C/ BALÃO 30ML, SUPERFICIEL LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS, ESTERILIDADE DE FUNIL DE DRENAGEM P/ TODAS AS SERINGAS UNIDADE CATMAT - 436001	200	UNIDADES	R\$ 2,51	R\$ 502,00
207	SONDA DE FOLEY Nº14 BIFÁSICA SILICONADA DESCARTAVEL ESTÉRIL APIROGÊNICA C/ BALÃO 30ML, SUPERFICIEL LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS, ESTERILIDADE DE FUNIL DE DRENAGEM P/ TODAS AS SERINGAS UNIDADE CATMAT - 435995	200	UNIDADES	R\$ 2,46	R\$ 492,00
208	SONDA DE FOLEY Nº14 TRIFÁSICA SILICONADA DESCARTAVEL ESTÉRIL APIROGÊNICA C/ BALÃO 30ML, SUPERFICIEL LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS, ESTERILIDADE DE FUNIL DE DRENAGEM P/ TODAS AS SERINGAS UNIDADE CATMAT - 436011	20	UNIDADES	R\$ 2,46	R\$ 49,20
209	SONDA DE FOLEY Nº16 BIFÁSICA SILICONADA DESCARTAVEL ESTÉRIL APIROGÊNICA C/ BALÃO 30ML, SUPERFICIEL LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS, ESTERILIDADE DE FUNIL DE DRENAGEM P/ TODAS AS SERINGAS UNIDADE CATMAT - 435999	200	UNIDADES	R\$ 2,53	R\$ 506,00
210	SONDA DE FOLEY Nº16 TRIFÁSICA SILICONADA DESCARTAVEL ESTÉRIL APIROGÊNICA C/ BALÃO 30ML, SUPERFICIEL LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS, ESTERILIDADE DE FUNIL DE DRENAGEM P/ TODAS AS SERINGAS UNIDADE CATMAT - 436015	20	UNIDADES	R\$ 2,53	R\$ 50,60
211	SONDA DE FOLEY Nº18 BIFÁSICA SILICONADA DESCARTAVEL ESTÉRIL APIROGÊNICA C/ BALÃO 30ML, SUPERFICIEL LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS, ESTERILIDADE DE FUNIL DE DRENAGEM P/ TODAS AS SERINGAS UNIDADE CATMAT - 436833	160	UNIDADES	R\$ 2,67	R\$ 427,20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

212	SONDA DE FOLEY Nº18 TRIFÁSICA SILICONADA DESCARTAVEL ESTÉRIL APIROGÊNICA C/ BALÃO 30ML, SUPERFICIEL LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS, ESTERILIDADE DE FUNIL DE DRENAGEM P/ TODAS AS SERINGAS UNIDADE CATMAT - 436012	20	UNIDADES	R\$ 2,67	R\$ 53,40
213	SONDA DE FOLEY Nº20 BIFÁSICA SILICONADA DESCARTAVEL ESTÉRIL APIROGÊNICA C/ BALÃO 30ML, SUPERFICIEL LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS, ESTERILIDADE DE FUNIL DE DRENAGEM P/ TODAS AS SERINGAS UNIDADE CATMAT - 436078	100	UNIDADES	R\$ 2,59	R\$ 259,00
214	SONDA DE FOLEY Nº20 TRIFÁSICA SILICONADA DESCARTAVEL ESTÉRIL APIROGÊNICA C/ BALÃO 30ML, SUPERFICIEL LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS, ESTERILIDADE DE FUNIL DE DRENAGEM P/ TODAS AS SERINGAS UNIDADE CATMAT - 436018	20	UNIDADES	R\$ 2,59	R\$ 51,80
215	SONDA DE FOLEY Nº22 BIFÁSICA SILICONADA DESCARTAVEL ESTÉRIL APIROGÊNICA C/ BALÃO 30ML, SUPERFICIEL LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS, ESTERILIDADE DE FUNIL DE DRENAGEM P/ TODAS AS SERINGAS UNIDADE CATMAT - 436004	40	UNIDADES	R\$ 2,86	R\$ 114,40
216	SONDA DE FOLEY Nº22 TRIFÁSICA SILICONADA DESCARTAVEL ESTÉRIL APIROGÊNICA C/ BALÃO 30ML, SUPERFICIEL LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS, ESTERILIDADE DE FUNIL DE DRENAGEM P/ TODAS AS SERINGAS UNIDADE CATMAT - 436013	20	UNIDADES	R\$ 2,86	R\$ 57,20
217	SONDA DE FOLEY Nº24 BIFÁSICA SILICONADA DESCARTAVEL ESTÉRIL APIROGÊNICA C/ BALÃO 30ML, SUPERFICIEL LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS, ESTERILIDADE DE FUNIL DE DRENAGEM P/ TODAS AS SERINGAS UNIDADE CATMAT - 436006	40	UNIDADES	R\$ 3,32	R\$ 132,80
218	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA(40CM) Nº08 PVC SILICONADA FLEXÍVEL TRANSPARENTE ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 435904	100	UNIDADES	R\$ 0,67	R\$ 67,00
219	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA(40CM) Nº10 PVC SILICONADA FLEXÍVEL TRANSPARENTE ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 438396	150	UNIDADES	R\$ 0,69	R\$ 103,50
220	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA(40CM) Nº12 PVC SILICONADA FLEXÍVEL TRANSPARENTE ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 438397	150	UNIDADES	R\$ 0,74	R\$ 111,00
221	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA(40CM) Nº14 PVC SILICONADA FLEXÍVEL TRANSPARENTE ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 438398	200	UNIDADES	R\$ 0,64	R\$ 128,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

222	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA(40CM) Nº16 PVC SILICONADA FLEXÍVEL TRANSPARENTE ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 438399	200	UNIDADES	R\$ 0,77	R\$ 154,00
223	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA(40CM) Nº18 PVC SILICONADA FLEXÍVEL TRANSPARENTE ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 438400	150	UNIDADES	R\$ 1,32	R\$ 198,00
224	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA(40CM) Nº20 PVC SILICONADA FLEXÍVEL TRANSPARENTE ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 438951	150	UNIDADES	R\$ 1,42	R\$ 213,00
225	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº04 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL + VIAS C/ ORIFÍCIL LATERAL + CONECTORES C/ TAMPA PRESA AO TUBO UNIDADE CATMAT - 438401	100	UNIDADES	R\$ 0,90	R\$ 90,00
226	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº06 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL + VIAS C/ ORIFÍCIL LATERAL + CONECTORES C/ TAMPA PRESA AO TUBO UNIDADE CATMAT - 437216	100	UNIDADES	R\$ 0,85	R\$ 85,00
227	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº08 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL + VIAS C/ ORIFÍCIL LATERAL + CONECTORES C/ TAMPA PRESA AO TUBO UNIDADE CATMAT - 437217	100	UNIDADES	R\$ 0,77	R\$ 77,00
228	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº10 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL + VIAS C/ ORIFÍCIL LATERAL + CONECTORES C/ TAMPA PRESA AO TUBO UNIDADE CATMAT - 435906	50	UNIDADES	R\$ 0,93	R\$ 46,50
229	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº12 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL + VIAS C/ ORIFÍCIL LATERAL + CONECTORES C/ TAMPA PRESA AO TUBO UNIDADE CATMAT - 435907	50	UNIDADES	R\$ 0,99	R\$ 49,50
230	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº14 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL + VIAS C/ ORIFÍCIL LATERAL + CONECTORES C/ TAMPA PRESA AO TUBO UNIDADE CATMAT - 435908	50	UNIDADES	R\$ 1,15	R\$ 57,50
231	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº16 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL + VIAS C/ ORIFÍCIL LATERAL + CONECTORES C/ TAMPA PRESA AO TUBO UNIDADE CATMAT - 435909	50	UNIDADES	R\$ 1,23	R\$ 61,50

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

232	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº18 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL + VIAS C/ ORIFÍCIL LATERAL + CONECTORES C/ TAMPA PRESA AO TUBO UNIDADE CATMAT - 435910	50	UNIDADES	R\$ 1,27	R\$ 63,50
233	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº20 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL + VIAS C/ ORIFÍCIL LATERAL + CONECTORES C/ TAMPA PRESA AO TUBO UNIDADE CATMAT - 435911	50	UNIDADES	R\$ 1,30	R\$ 65,00
234	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº22 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL + VIAS C/ ORIFÍCIL LATERAL + CONECTORES C/ TAMPA PRESA AO TUBO UNIDADE CATMAT - 435912	50	UNIDADES	R\$ 1,36	R\$ 68,00
235	SONDA P/ ASPIRAÇÃO TRAQUEAL DESCARTÁVEL Nº04 UNIDADE CATMAT - 289970	50	UNIDADES	R\$ 0,60	R\$ 30,00
236	SONDA P/ ASPIRAÇÃO TRAQUEAL DESCARTÁVEL Nº08 UNIDADE CATMAT - 279763	1000	UNIDADES	R\$ 0,55	R\$ 550,00
237	SONDA P/ ASPIRAÇÃO TRAQUEAL DESCARTÁVEL Nº10 UNIDADE CATMAT - 279765	500	UNIDADES	R\$ 0,61	R\$ 305,00
238	SONDA P/ ASPIRAÇÃO TRAQUEAL DESCARTÁVEL Nº12 UNIDADE CATMAT - 279764	500	UNIDADES	R\$ 0,62	R\$ 310,00
239	SONDA P/ ASPIRAÇÃO TRAQUEAL DESCARTÁVEL Nº14 UNIDADE CATMAT - 279761	100	UNIDADES	R\$ 0,64	R\$ 64,00
240	SONDA URETRAL Nº04 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA TRANSPARENTE ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 439069	100	UNIDADES	R\$ 0,57	R\$ 57,00
241	SONDA URETRAL Nº06 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA TRANSPARENTE ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 435978	500	UNIDADES	R\$ 0,57	R\$ 285,00
242	SONDA URETRAL Nº08 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA TRANSPARENTE ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 435979	500	UNIDADES	R\$ 0,57	R\$ 285,00
243	SONDA URETRAL Nº10 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA TRANSPARENTE ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 435980	2400	UNIDADES	R\$ 0,57	R\$ 1.368,00
244	SONDA URETRAL Nº12 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA TRANSPARENTE ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 435981	5000	UNIDADES	R\$ 0,59	R\$ 2.950,00
245	SONDA URETRAL Nº14 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA TRANSPARENTE ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 438410	500	UNIDADES	R\$ 0,66	R\$ 330,00
246	SONDA URETRAL Nº16 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA TRANSPARENTE ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE	500	UNIDADES	R\$ 0,71	R\$ 355,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

	CATMAT - 437441				
247	SONDA URETRAL Nº18 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA TRANSPARENTE ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 437438	100	UNIDADES	R\$ 0,74	R\$ 74,00
248	SONDA URETRAL Nº20 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA TRANSPARENTE ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 435972	100	UNIDADES	R\$ 0,85	R\$ 85,00
249	SONDA URETRAL Nº22 PVC SILICONADA FLEXÍVEL ATÓXICA ATRAUMÁTICA TRANSPARENTE ESTÉRIL DESCARTÁVEL UNIDADE CATMAT - 435984	100	UNIDADES	R\$ 1,91	R\$ 191,00
250	TENSÍOMETRO ADULTO UNIDADE CATMAT - 443205	48	UNIDADES	R\$ 70,20	R\$ 3.369,60
251	TENSÍOMETRO PEDIÁTRICO UNIDADE CATMAT - 485444	12	UNIDADES	R\$ 38,36	R\$ 460,32
252	TERMÔMETRO CLÍNICO HUMANO DIGITAL UNIDADE CATMAT - 435802	60	UNIDADES	R\$ 11,60	R\$ 696,00
253	TORNEIRA 3 VIAS ESTÉRIL C/ ORIENTADOR E CONECTOR LUER-LOCK UNIDADE CATMAT - 270531	4800	UNIDADES	R\$ 0,61	R\$ 2.928,00
254	TOUCA DESCARTÁVEL TIPO TIRAS C/ ELÁSTICO MP DE POLIPROPILENO BRANCO PCTE C/ 100 UI CATMAT - 428615	100	PACOTES	R\$ 8,31	R\$ 831,00
255	TRANSOFIX P/ TRANSFERÊNCIA DE FLUIDOS ESTÉREIS CAIXA CATMAT - 479646	4	CAIXAS	R\$ 0,91	R\$ 3,64
256	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº2,5 DE PVC SILICONADO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE UNIDADE CATMAT - 451211	2	UNIDADES	R\$ 2,98	R\$ 5,96
257	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº3,0 DE PVC SILICONADO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE UNIDADE CATMAT - 451191	2	UNIDADES	R\$ 3,03	R\$ 6,06
258	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº3,5 DE PVC SILICONADO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE UNIDADE CATMAT - 451215	2	UNIDADES	R\$ 3,12	R\$ 6,24
259	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº4,0 DE PVC SILICONADO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE UNIDADE CATMAT - 451198	10	UNIDADES	R\$ 2,99	R\$ 29,90

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

260	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº4,5 DE PVC SILICONADO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE UNIDADE CATMAT - 451210	10	UNIDADES	R\$ 3,07	R\$ 30,70
261	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº5,0 DE PVC SILICONADO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE UNIDADE CATMAT - 451196	12	UNIDADES	R\$ 3,10	R\$ 37,20
262	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº5,5 DE PVC SILICONADO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE UNIDADE CATMAT - 451220	12	UNIDADES	R\$ 2,97	R\$ 35,64
263	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº6,0 DE PVC SILICONADO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE UNIDADE CATMAT - 451203	10	UNIDADES	R\$ 3,05	R\$ 30,50
264	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº6,5 DE PVC SILICONADO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE UNIDADE CATMAT - 451225	10	UNIDADES	R\$ 3,03	R\$ 30,30
265	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº7,0 DE PVC SILICONADO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE UNIDADE CATMAT - 451201	20	UNIDADES	R\$ 3,00	R\$ 60,00
266	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº7,5 DE PVC SILICONADO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE UNIDADE CATMAT - 451194	20	UNIDADES	R\$ 3,19	R\$ 63,80
267	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº8,0 DE PVC SILICONADO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE UNIDADE CATMAT - 451256	20	UNIDADES	R\$ 2,96	R\$ 59,20
268	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº8,5 DE PVC SILICONADO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE UNIDADE CATMAT - 451200	20	UNIDADES	R\$ 2,89	R\$ 57,80
269	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº9,0 DE PVC SILICONADO ATÓXICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/ BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE UNIDADE CATMAT - 451199	50	UNIDADES	R\$ 3,56	R\$ 178,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

270	TUBO HOSPITALAR DE PVC SILICONE Nº204 (P/ ASPIRAÇÃO TRAQUEAL) UI C/ 15M CATMAT - 260079	24	UNIDADES	R\$ 93,15	R\$ 2.235,60
271	TUBO HOSPITALAR DE PVC SILICONE Nº204 (P/ ASPIRAÇÃO TRAQUEAL) ESTÉRIL UI C/ 2M CATMAT - 459098	24	UNIDADES	R\$ 17,00	R\$ 408,00
272	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO UNIDADE CATMAT - 281424	30	UNIDADES	R\$ 14,41	R\$ 432,30
273	AVENTAL CIRÚRGICO EM POLIPROPILENO DESCARTÁVEL 110CM 50G/M² + 2 TIRAS NA CINTURA + ABERTURA NAS COSTAS C/ MANGA LONGA DE ELÁSTICO NO PUNHO UNIDADE CATMAT – 422231 (AMPLA CONCORRÊNCIA)	7500	UNIDADES	R\$ 13,34	R\$100.050,00
274	MÁSCARA CIRÚRGICA DE FILTRAGEM TRIPLA-CAMADA RETANGULAR BRANCA ANTIALÉRGICA DESCARTÁVEL 30G/M² C/ ELÁSTICO UNIDADE CATMAT – 485315 (AMPLA CONCORRÊNCIA)	36000	UNIDADES	R\$ 10,34	372.240,00
275	COMPRESSA DE GAZE CIRÚRGICA BRANCA ESTÉRIL DESCARTÁVEL S/ IMPUREZA 100% ALGODÃO 7,5X7,5CM 13FIOS/CM², 8 CAMADAS, 5 DOBRAS PCTE C/ UI CATMAT - 269971	45.000	PACOTES	R\$ 4,79	R\$ 215.550,00
VALOR TOTAL DOS ITENS R\$					R\$ 2.372.118,63

4.1. DA PESQUISA DE PREÇOS:

4.1. A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com as instruções da Seção III da Resolução Nº 249 de 7 de agosto de 2024 emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCEPE).

4.1.1. Foram utilizadas como fonte a plataforma do Banco de Preços, selecionando-se apenas valores efetivamente contratados exclusivamente no ano de 2024.

4.1.2. Os valores também foram devidamente inspecionados para garantir a não-duplicidade de valores devido ao quantitativo de pesquisas.

4.2. Em cumprimento ao parágrafo 5º do Art. 6º da referida Resolução, para cada item licitado, foram obtidos acima 30 preços para a realização da amostragem dos valores, devidamente curados por meio do método da média saneada pelo coeficiente de variação, utilizando-se dos padrões praticados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que determinam que um CV inferior a 25% indica uma suficiente homogeneidade dos valores selecionados para fins de amostra.

5. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

5.1 Considerando a Lei Municipal nº 1.699/2024 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, indica a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, no âmbito da Administração Pública Municipal.

5.2 Diante do exposto no item anterior, esta licitação ocorrerá na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

5.3 O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta será contratação, correrão por conta da dotação orçamentária para o exercício de 2025, conforme fichas anexas:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301 Atenção Básica

Funcional: 10.301.0084.2143.0000 Manutenção do Programa Saúde Com Qualidade

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.122 Administração Geral

Funcional: 10.122.0021.2096.0000 Gestão Administrativas do FMS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301 Atenção Básica

Funcional: 10.301.0108.2142.0000 Manutenção do Programa Saúde Básica Para Todos

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301 Atenção Básica

Funcional: 10.301.0109.2042.0000 Manutenção das Atividades do PSF

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.303 Suporte Profilático e Terapêutico

Funcional: 10.303.0103.2039.0000 Centro de Abastecimento Farmacêutico

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.303 Suporte Profilático e Terapêutico

Funcional: 10.303.0103.2039.0000 Centro de Abastecimento Farmacêutico

Natureza da Despesa: 3.3.90.32.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Funcional: 10.302.0100.2150.0000 Manutenção das Atividades do Unidade SAMU

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

7 DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

7.1 O contrato oriundo dessa licitação terá vigência de até **12 (doze) meses** podendo ser prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, respeitando a vigência máxima decenal, conforme previsão contida no art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/21;

7.2 Admite-se a prorrogação do instrumento contratual pelo período disposto no artigo 106 e 107, da Lei nº 14.133/21, desde apresentada a declaração de vantajosidade da manutenção

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

da contratação devidamente expedida pelo gestor do contrato.

7.3 O contratado deverá realizar os fornecimentos em estrita conformidade com as especificações técnicas exigidas pela contratante, bem como realizará a entrega nos locais estipulados no termo de referência.

8 DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

8.1 Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.2 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas pela Administração Pública.

8.3 Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar o contrato, será designada nova sessão pela autoridade competente para o exame, pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, da oferta subsequente de menor preço e respectiva negociação com o seu autor. Após a negociação, o(a) Pregoeiro decidirá sobre a aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

8.4 As empresas que não forem sediadas no Município de Primavera-PE podem enviar os contratos assinados digitalmente via e-mail para o [email da Comissão de Contratação constante do edital](#).

9 DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA:

9.1 Os produtos deverão ser entregues no prazo de **10 (dez) dias corridos**, conforme quantidade e local solicitado indicado em ordem de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

9.2 O objeto desta contratação deverá ser entregue, pela empresa licitante vencedora, por sua conta, risco e expensas, na quantidade solicitada, pelo órgão, de acordo com sua necessidade;

9.3 Os produtos/serviços deverão ser entregues/executados, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, e devem conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte, com indicação do produto contido, volume, data de fabricação, fabricante, procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor;

9.4 A(s) Contratada(s) ficará (ão) obrigada(s) a trocar(em) o(s) materiais(s) que vier(em) a ser(em) recusado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) do Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à administração ou importe na relevância das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até 48 (quarenta e oito) horas contadas em dias úteis, a partir da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

9.5 O fornecedor compromete-se a substituir ou repor o produto quando:

9.5.1 Houver na entrega embalagens danificadas, defeituosas ou inadequadas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração;

9.5.2 O produto que não atender as legislações sanitárias em vigor, bem como outros referentes ao produto em questão;

9.5.3 Houver na entrega produtos deteriorados ou impróprios para o consumo, quando for o caso;

9.5.4 O material que não estiver de acordo com as características gerais, organolépticas e microbiológicas solicitadas neste Termo de Referência e no Edital;

9.5.5 Os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade, de acordo com todas as especificações constantes no Termo de Referência, e quantidade, de acordo com a ordem de fornecimento, com consequente aceitação, mediante atestado do setor responsável.

9.5.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

9.5.7 Em caso de recusa do recebimento do produto, em qualquer das hipóteses descritas no subitem anterior, o licitante vencedor terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, para remoção e substituição do produto, sem qualquer ônus à administração municipal, sob pena de inadimplemento contratual caso se faça necessário para a devida readequação de despesas futuras.

9.5.8 O produto será recebido da seguinte forma: Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo, as demais condições estabelecidas no artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21.

a) **Provisoriamente:** os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 01 (um) dia útil, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta e contrato. O recebimento provisório é o ato pelo qual o produto encomendado é entregue no local previamente designado, não implicando, necessariamente, aceitação, mas apenas a transferência da responsabilidade pela guarda e conservação do material, do fornecedor à unidade recebedora, independentemente da descrição contida na nota fiscal, juntamente com a assinatura de quem tenha recebido o material;

b) **Definitivamente:** em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório; mediante “**ATESTO**” na nota fiscal/fatura; após, a comparada adequação dos termos da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições. O recebimento definitivo é o ato pelo qual o servidor competente declara, no documento fiscal ou em outro documento hábil, haver recebido o bem que foi adquirido, tornando-se, nesse caso, responsável pela quantidade e perfeita identificação desse bem, de acordo com as especificações estabelecidas na Nota de Empenho, contrato de aquisição ou outros instrumentos.

10 DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante conforme previsão do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 01 (um) dia útil após o recebimento da Ordem de Fornecimento e solicitação de informações pelo gestor e fiscal.

10.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias;

10.3. A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão contratante que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas e serão designados por meio de Portaria.

10.4. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará preferencialmente por meio de e-mail e contato telefônico sem prejuízo de outros meios disponíveis.

I. Do Fiscal do Contrato:

- a) Responsabilização pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constante neste Termo de Referência, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da contratante quanto da contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- d) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Termo de Referência.
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando entrega diversa daquela que se encontra especificado neste Termo de Referência e respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

- h) Comunicar formalmente ao gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;
- i) A fiscalização do contrato ficará a cargo da servidora, a Sra. **Tatiane Ferreira, Farmacêutica – Registro CRF nº4552/PE**, designada pelo órgão contratante que deverá acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas.

II. Do Gestor do Contrato

- a) Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à Contratada;
- b) Apurar o percentual de desconto da fatura correspondente;
- c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- d) Emitir avaliação da qualidade do objeto fornecido;
- e) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- f) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- g) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- h) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- i) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- j) Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

11 DAS SANÇÕES:

11.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.1.1 O PROPONENTE e o CONTRATADO que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficarão sujeitos, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- A)** Advertência pela falta do subitem “I” desta contratação direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- B)** Multa de 10% (dez por cento) ART. 156 §3º da Lei nº 14.133/21 sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor/prestador, por qualquer das infrações dos subitens “I ao XII”;
- C)** Impedimento de licitar e contratar com o Município de Primavera-PE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens II a VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- D)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens VIII a XII, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

11.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.4. As peculiaridades do caso concreto;

11.5. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.6. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.8. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.10. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

11.1.1 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 117/2024.

12 DO REAJUSTES DE PREÇOS

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por aditivo.

13 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

13.1. Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, de acordo com o art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Considerando a flutuação dos preços do mercado, fica estabelecido que as variações para mais ou para menos dos preços de até 5% (cinco por cento) do valor atual do contrato, não será configurado álea extraordinária e extracontratual, devendo as partes absorver tais variações pelo

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

preço ofertado. Percentuais superiores aos 5% estabelecidos serão avaliados pela administração para fins de concessão do reequilíbrio contratual ou não.

13.3. Será levado em consideração na análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, eventual desconto ofertado pela contratada sobre o valor estimado do processo na fase de lances.

14 DOS CRITÉRIOS E PRAZO DE PAGAMENTO

14.1. A nota fiscal deverá ser encaminhada, acompanhada das certidões de regularidade na forma prevista neste termo de referência, se a contratada apresentar os seguintes documentos: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), FGTS e a Situação perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

14.2. O pagamento deverá ser efetuado à Contratada, em até 30 (trinta) dias corridos, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens ou de recibo, conforme o caso, acompanhadas da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, devidamente atestada pelo servidor competente.

14.3. Na nota fiscal/fatura deverá constar a descrição dos produtos entregues, bem como a quantidade, o preço unitário e o preço total de cada um deles, bem como, todas as certidões de regularidade fiscal;

14.4. Na nota fiscal/fatura deverá ser indicado o nome do Banco, nome e número da agência e número da conta corrente onde será creditado o valor relativo ao pagamento constante naquele documento;

14.5. A Administração Municipal efetuará as retenções tributárias obrigatórias.

14.6. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

14.7. A Contratada é responsável pelos pagamentos de quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

14.8. A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

14.9. As notas fiscais de todos os materiais deverão conter o número dos lotes dos produtos nelas constantes;

15 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

15.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, **Habilitação jurídica, Habilitação fiscal, social e trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica**, conforme edital

15.2. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos documentos apresentados.

15.3. O edital também deverá prever os seguintes critérios de habilitação técnica, além de outros previstos na Lei Federal nº [14.133](#), de 2021:

I - exigência de comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE) emitida pela Anvisa;

II - exigência de comprovação de Autorização Especial (AE) emitida pela Anvisa, quando couber;

III - declaração do Detentor de Registro (DDR), quando couber;

IV - alvará da vigilância sanitária.

15.4 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR EXIGIDA PELA RESOLUÇÃO TCE PE Nº 249/2024 (Art. 11)

15.4.1. Além de outros requisitos previstos na Lei Federal nº [14.133](#), de 2021, a licitante deverá apresentar e/ou comprovar:

a) quando o produto for detentor do benefício, exigir que a dedução do ICMS esteja explícita na proposta de preço do licitante, que deve conter a alíquota incidente e, em seguida, deduzir o que seria devido caso não houvesse o benefício;

b) exigir que os prazos de validade dos medicamentos e produtos entregues sejam, no mínimo, de 12 (doze) meses a partir da data de entrega dos produtos, ou, na impossibilidade técnica, devido à natureza do produto, que os produtos sejam entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação;

c) prever prazo para a entrega dos produtos contratados, a partir da ordem de fornecimento, não inferior a 10 (dez) dias úteis;

d) prever que dedução do ICMS, quando aplicável, deve ficar explícita na Nota Fiscal, que deve conter a alíquota incidente e, em seguida, deduzir o que seria devido caso não houvesse o benefício.

16 DA PROPOSTA COMERCIAL

16.1. A proposta de Preços deverá conter:

16.1.1. Preços com valores expressos em real, inclusive por extenso, considerando todos os objetos a serem fornecidos, incluindo impostos e demais despesas necessárias à execução do objeto desta contratação.

16.1.2. Na proposta de preço, deve constar declaração de que no preço praticado, estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto licitado até a entrega definitiva, devendo, ainda, apresentar as seguintes indicações:

16.1.2.1. Preço unitário total por item, em real, do objeto, conforme especificações, entendido o preço total como sendo preço unitário multiplicado pela quantidade solicitada, obrigatoriamente em algarismos arábicos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o produto do valor ofertado como preço unitário por extenso, pela quantidade licitada. Deverão estar incluídos no preço total ofertado todos os custos e quaisquer encargos que venham a incidir na prestação de serviço do objeto.

16.1.2.2. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação.

16.1.2.3. Assinatura do representante da empresa legalmente estabelecida.

16.1.3. Os valores unitários e global não podem ultrapassar os valores estimados. As propostas serão julgadas pelo menor preço.

16.2. O licitante deverá indicar o fabricante, marca, modelo, ficha técnica do produto (quando for o caso) ou qualquer outro documento que especifique o objeto de forma a facilitar a avaliação da conformidade da proposta com as especificações constantes neste Termo de Referência.

17 DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É vedada a subcontratação, salvo nos casos expressa e previamente autorizados pela Contratante.

18 DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

18.1. É vedada a participação de empresas consorciadas, uma vez que não há no sistema legal regedor das licitações imposição da aceitabilidade de consórcio, ficando, em razão disso, a Administração Pública, e no exercício de seu poder discricionário, com liberdade de promover referida limitação, desde que, é claro, o faça atento ao princípio constitucional e administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

da razoabilidade.

18.2. Esclareça-se que a vedação de participação de Empresas constituídas sob a forma de consórcio se deve a restrição sobremaneira a competitividade do Certame, posto que, empresas que poderiam competir entre si, estariam reunidas e apresentando um único preço no Processo em prejuízo dos Princípios da Competitividade e Economicidade, além da necessidade de sigilo de informação.

18.3. Neste caso, a especificidade do objeto, por tratar-se de simples fornecimento, que não cabe divisibilidade, torna-se inviável admitir consórcio.

19 DA RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. Constitui motivo de rescisão do Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, desde que cabíveis a presente contratação.

19.2. O Contrato será rescindido em caso de contingenciamento de recursos que impeça o empenho.

20 DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Poderá ser prestada, no prazo de 5 (cinco) dias após assinatura do contrato, em favor da CONTRATANTE, garantia de execução contratual, no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, ressalvada a modalidade de garantia sob a forma de caução em dinheiro, que deverá ser prestada no momento da assinatura do contrato, nos termos do artigo 98 da Lei nº 14.333/21, em uma das modalidades de garantia previstas no diploma legal citado.

20.2. A CONTRATADA poderá optar, pela garantia nas seguintes opções:

I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II. seguro-garantia;

III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

21 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1. Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

21.2. Verificar a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;

21.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;

21.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;

21.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

21.6. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;

21.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

22 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. Fornecer o objeto no prazo e na forma de entrega estabelecidos no Termo de Referência e na proposta, com indicações referentes à marca/fabricante, ficando sujeita à multa estabelecida no contrato, bem como às prescrições da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

22.2. Manter-se, durante toda a vigência e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;

22.3. Atender ao chamado e/ou à correção do defeito dentro do prazo estabelecido neste instrumento. A não realização dentro do prazo, a Contratada estará sujeita à multa estabelecida no Contrato;

22.4. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do fornecimento ora contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da Contratante;

22.5. Assumir integral responsabilidade sobre extravios ou danos ocorridos no transporte dos objetos, qualquer que seja sua causa;

22.6. Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer no fornecimento do objeto contratado;

22.7. Arcar com todas as despesas decorrentes de uma eventual substituição do objeto, em caso de reposição do mesmo;

22.8. Prestar esclarecimentos ao Contratante, quando solicitado, no que for referente à entrega e a quaisquer ocorrências relacionadas aos produtos;

22.9. Assumir integral responsabilidade pelos danos eventuais causados à contratante ou a terceiros no fornecimento ora ajustado, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento realizado pela Contratante;

22.10. Assumir responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO DE PRIMAVERA;

22.11. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;

22.12. Responsabilizar-se pelo Transporte do produto objeto do presente termo de referência, e todos os ônus, relativos ao fornecimento, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino, bem como cumprir, as normas adequadas relativas ao transporte do produto objeto do presente termo;

22.13. Entregar o produto acondicionado de forma adequada garantindo sua integridade física;

22.14. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;

22.15. Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta;

22.16. Manter número telefônico e e-mail atualizados de escritório ou firma para contato e intermediação junto a contratante.

23 DO FORO

23.1 As partes, ora contratadas, fica eleito o Fórum da Comarca de Primavera/PE, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado ou especial que seja, para dirimir qualquer dúvida ou ações, porventura, oriundas do presente contrato.

24 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital e nos termos da Legislação pertinente.

24.2. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas neste Termo de Referência.

Ester Beatriz da Silva Cavalcanti Falcão
Portaria nº 368/2025
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

AO

MUNICÍPIO DE PRIMAVERA/PE

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº xx/2025

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO, O REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO PRIMAVERA-PE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

NOME DA EMPRESA: _____
CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____

1.3 Apresentamos nossa proposta de preço, em 1 (uma) via, para a escolha da proposta mais vantajosa para o Constituir objeto desta licitação a escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO, O REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO PRIMAVERA-PE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS., conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), consistindo no seguinte:

ITEM ÚNICO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO EM R\$	VALOR GLOBAL EM R\$

I) O Valor unitário do item único é de R\$ _____, (_____), e o valor global do item único é de R\$ _____ (____);

II) O prazo de validade de nossa proposta é de _____ (_____) dias corridos, a contar dadata da sessão.

III) Declaramos que no preço apresentado estão ainda incluídos:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

- a) os valores dos materiais, matérias-primas, mão-de-obra, frete, transporte e equipamentos e afins fornecidos, acrescidos de todos os respectivos encargos sociais;
- b) taxa de administração, emolumentos, quaisquer despesas operacionais e outros encargos;
- c) todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, prêmios de seguro, bem como demais encargos, se exigidos na forma da lei, tais como: horas extras e adicionais noturnos de profissionais, auxílio-alimentação, transporte, inclusive sob a forma de auxílio-transporte, transporte local, entre outros; e
- d) despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza.
- IV) Declaramos que nos obrigamos a assinar, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, a contar da data da convocação, o Contrato que faz parte do Edital; e
- V) Declaramos ainda conhecer integralmente os termos do presente Edital e seus respectivos Anexos, aos quais nos sujeitamos.

Local e data, _____, _____ de _____ de 2025.

(nome/cargo/razão social – legível)



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRIMAVERA
Coragem para fazer mais

**ANEXO - III
MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRIMAVERA-PE E A EMPRESA__, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº xx/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025.

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado, **O MUNICÍPIO DE PRIMAVERA**, Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Coronel Brás Cavalcante, nº 42, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.294.378/0001-61, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRIMAVERA-PE**, inscrito no sob o nº 10.291.345/0001-03, situada à Rua São Severino dos Ramos, nº 71, João Murilo, Primavera - PE, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, a **Sra. Ester Beatriz da Silva Cavalcanti Falcão, Portaria nº 368/2025**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº, SDS/PE, inscrita no CPF sob o nº, residente e domiciliada na Rua, Centro, Município de, Estado de Pernambuco, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa_____, com sede à Rua_____, bairro, cidade, UF, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º_____, doravante aqui denominada apenas CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a)_____, inscrito no CPF/MF sob o n.º_____, Identidade n.º_____, órgão emissor, tendo em vista a contratação, considerando o disposto Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, e a homologação do Processo Licitatório nº xx/2025, Pregão Eletrônico nº xx/2025, têm entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.4 A CONTRATADA, na qualidade de adjudicatária do PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2025, de que trata o Processo Licitatório nº 010/2025, obriga-se a cumprir o estabelecido neste instrumento contratual, o qual tem por objeto a **CONTRATAÇÃO, E O REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO PRIMAVERA-PE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PERÍODO DE EXECUÇÃO

O período de execução do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, vigorando até _____, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso haja dotação orçamentária, saldo financeiro depositado em conta, e conveniência administrativa, de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

O valor total deste contrato será de **R\$ 000.000,00 (por extenso)**, conforme disposto na proposta da Contratada, adjudicada pelo Contratante, nos termos da planilha de lances e proposta retificada.

Subcláusula primeira - Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.

Subcláusula segunda - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será feito até o 30 (trinta) dias do mês subsequente ao da disponibilização dos produtos e da respectiva emissão e entrega da nota fiscal, mediante atesto do recebimento, em depósito/transferência na conta corrente do favorecido.

Subcláusula primeira - A Contratada deverá encaminhar junto com a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boleto bancário para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

Subcláusula segunda - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

Subcláusula terceira – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa do Contratante, o valor devido será acrescido de encargos moratórios calculados desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, o valor original deverá ser atualizado pelo IGPM-DI da FGV, acrescido de 0,5% (meio por cento) de juros de mora por mês ou fração.

Subcláusula quarta – A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, em nome da Secretaria demandante, conforme Ordem de Fornecimento, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

Subcláusula quinta - A critério do contratante poderão ser utilizados créditos da contratada para cobrir dívidas de responsabilidades para com ela, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual; e

Subcláusula sexta - as notas fiscais de todos os materiais médicos deverão conter o **número dos lotes dos produtos** nelas constantes;

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os créditos orçamentários destinados ao custeio das despesas objeto desta licitação são os constantes das dotações orçamentárias abaixo especificadas, consignadas no Orçamento para o exercício de 2025;

Órgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301 Atenção Básica

Funcional: 10.301.0084.2143.0000 Manutenção do Programa Saúde Com Qualidade

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.122 Administração Geral

Funcional: 10.122.0021.2096.0000 Gestão Administrativas do FMS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301 Atenção Básica

Funcional: 10.301.0108.2142.0000 Manutenção do Programa Saúde Básica Para Todos

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301 Atenção Básica

Funcional: 10.301.0109.2042.0000 Manutenção das Atividades do PSF

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.303 Suporte Profilático e Terapêutico

Funcional: 10.303.0103.2039.0000 Centro de Abastecimento Farmacêutico

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.303 Suporte Profilático e Terapêutico

Funcional: 10.303.0103.2039.0000 Centro de Abastecimento Farmacêutico

Natureza da Despesa: 3.3.90.32.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Funcional: 10.302.0100.2150.0000 Manutenção das Atividades do Unidade SAMU

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto desta licitação será recebido:

- a) PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante atesto de recebimento em quantidade e especificações, assinado pelo fiscal de contrato e pelo representante da empresa contratada; e
- b) DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo ampla e prévia defesa em processo administrativo.

Subcláusula primeira – A inexecução total ou parcial, ou o atraso no cumprimento do objeto do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, acarretará a aplicação das seguintes cominações, que poderão ser aplicadas cumulativamente ou não:

I – Advertência;

II – Multa, nas seguintes situações:

- a) Pelo atraso nos fornecimentos e início da prestação dos serviços, em relação ao prazo estabelecido pela Administração, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- b) Pela recusa em realizar o fornecimento e iniciar os serviços, caracterizada em 05 (cinco) dias após o vencimento do prazo estipulado, correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- c) Pela demora em substituir o fornecimento e/ou os serviços rejeitados ou corrigir as falhas nos mesmos; a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, correspondente a 2% (dois por cento) do valor do fornecimento/serviço recusado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor dos fornecimentos/serviços não substituídos/corrigidos;
- d) Pela recusa da contratada em corrigir as falhas nos fornecimentos/serviços, entendendo-se como recusa a correção não efetivada nos cinco dias que se seguirem a data da rejeição, correspondente a 10% (dez por cento) dos fornecimentos/serviços rejeitados; e
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição estabelecida na Lei Federal nº 14.133/2021, não previstas nas letras “a” a “d” acima, correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato para cada evento.

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município de Primavera-PE, pelo prazo de até 03 (três) anos; e

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir o contratante, pelos prejuízos ocasionados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Subcláusula segunda – A contratada estará sujeita as penalidades previstas nos incisos III e IV acima, quanto à prática das seguintes situações:

- a) Pelo descumprimento do prazo de prestação os serviços/fornecimento;
- b) Pela recusa em atender alguma solicitação para correção no fornecimento objeto do contrato, caracterizando-se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da rejeição, devidamente notificada; e
- c) Pela não execução dos fornecimentos/serviços de acordo com as especificações e prazos estipulados neste contrato.

Subcláusula terceira – As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo das perdas e danos cabíveis, observando na aplicação das sanções as seguintes diretrizes:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida; II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e,

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Subcláusula quarta – O contratante poderá descontar, dos pagamentos porventura devidos à contratada, as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em Lei.

Subcláusula quinta – A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas neste acordo.

Subcláusula sexta – O valor da multa deverá ser recolhido à Tesouraria do Município de Primavera-PE, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da notificação definitiva da penalidade.

Subcláusula sétima – Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

Subcláusula oitava – Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

I – Advertência por escrito;

II – Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município de Primavera-PE, pelo prazo de até 03 (três) anos; e

III – Declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

Subcláusula nona – O valor pertinente às multas aplicadas, face ao provimento de recurso será devolvido.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do presente contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Subcláusula primeira – Inadimplemento imputável à contratada – O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no artigo 137, incisos I a V e VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba à contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes em procedimento administrativo regular.

Subcláusula segunda – O presente contrato poderá ser rescindido consensualmente, mediante a ocorrência da hipótese prevista no inciso VIII do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Subcláusula terceira – O contrato poderá ser rescindido de forma consensual, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração, na forma do artigo 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Subcláusula quarta – Este contrato poderá ser rescindido judicialmente, nos termos da legislação processual vigente, conforme artigo 138, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Subcláusula quinta – Quando a rescisão ocorrer com fundamento nos incisos V a VII do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

Subcláusula sexta – A rescisão administrativa por ato unilateral ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada, na forma do artigo 138, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras fixadas no Edital e seus anexos, ou ainda provenientes de lei:

- I - Entregar com pontualidade os produtos solicitados, na forma do Termo de Referência;
- II – O item único, objeto do certame, deverá ser transportado em veículo tipo frigorífico, o qual permanecerá no local indicado pelo Município de Primavera até a sua descarga total;
- III - Comunicar à Gestão do Município de Primavera, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- IV - Atender com prontidão as reclamações por parte do servidor designado para receber, conferir e atestar a regularidade dos produtos;
- V - Manter, durante todo o prazo de vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas no respectivo procedimento licitatório;
- VI - Conduzir a execução da presente avença de acordo com as especificações, quantidade e qualidade descritas no Termo de Referência, observando estritamente a legislação vigente aplicável a espécie;
- VII – Arcar com todos os ônus ou obrigações decorrentes da legislação da seguridade social, trabalhista, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, no que se relacionem com a execução do objeto desta avença, inclusive no tocante a seus empregados, dirigentes e prepostos;
- VIII - Responder, por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados ou serviços, indenizando quando for necessário; e
- VIX – Entregar produtos com prazo mínimo de validade de 06 (seis) meses a partir do ato da entrega dos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

gêneros/produtos objetos deste Edital, ressalvada a hipótese de validade inferior indicada pelo próprio fabricante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE, além de outras fixadas neste Edital e seus anexos, ou ainda provenientes de lei:

- Acompanhar a fiel execução dos fornecimentos;
- Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento dos serviços contratados;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste Contrato;
- Efetuar o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados; e, V – Emitir a ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços será feita pela Servidora, a **Sra. Tatiane Kleide de Araujo Ferreira – Farmaceutica- CRF/PE nº 04552, nos termos da Lei. Nº 14.133/21**, que deverá atestar o fornecimento, observando as cláusulas contratuais, sem o qual não serão permitidos quaisquer pagamentos.

Subcláusula Primeira - A fiscalização de que trata esta CLÁUSULA não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas e vícios, na ocorrência desse, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e propostos.

Subcláusula Segunda - A CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar no todo ou em parte os fornecimentos, se considerados em desacordo ou insuficientes, devendo notificar a Contratada para sanar o vício no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento, nos termos do artigo 94, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A Contratada fica obrigada a manter, durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Aplicar-se-á a Lei 14.133/2021, com suas posteriores modificações, nos casos omissos do presente Contrato.

É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato o Foro da Comarca de Primavera-PE, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, uma das quais se destina à Contratada, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Primavera (PE), xx de xxxxx de 2025.

CONTRATANTE

CONTRATADA:
REPRESENTANTE:
CPF.:

ANEXO - IV
CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

PREGOEIRO (A) DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA/PE

Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº xx/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO, O REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO PRIMAVERA-PE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

A empresa., inscrito no CNPJ nº., com sede à....., neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Município de Primavera-PE, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local e data_____, ____/_____/2025.

(Assinatura do representante legal)

RECONHECER FIMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRIMAVERA
Coragem para fazer mais

ANEXO V

“MODELO” DECLARAÇÃO CONJUNTA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA – PE

Ref.: PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº XX/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO, O REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO PRIMAVERA-PE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____
sediada na _____, Telefone _____, fax _____ e-mail _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do PREGÃO supracitado, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

- a) Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº.9.854/99).
- b) Detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital supra;
- c) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital do certame licitatório;
- d) Que a localização da licitante está de acordo com o endereço de domicílio constante na documentação apresentada para o certame;
- e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021;
- f) Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- g) Que NÃO foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como assume o compromisso de comunicar qualquer fato ou evento superveniente após a entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira;
- h) Que na empresa acima qualificada, não existe sócio ou empregado com relação familiar ou parentesco no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de Agentes Públicos (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Procurador Geral do Município, e Vereadores) e de servidores investidos em cargo de direção, chefia ou assessoramento. Declaro ainda, que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo a responsabilidade pelo. Seu inteiro teor, sob as penas da Lei;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

- i) Não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no Inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- j) Inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- k) A proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.



ANEXO - VI

**TERMO DE OPÇÃO PELO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO INSTITUÍDO PELA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

Ao

PREGOEIRO (A) DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA/PE

Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO, O REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO PRIMAVERA-PE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

Eu, _____, CPF nº _____, Identidade nº _____, Expedida pelo(a) _____, na forma de Representante Legal da empresa _____, CNPJ/MF _____, declaro para fins de comprovação ao Processo Licitatório nº. XX/2025, pertinente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº XX/2025, que não incidimos nas vedações impostas no § 4º e que atendemos às exigências dos incisos I e II, tudo do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, e que consequentemente a nossa empresa é considerada como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme documentação comprobatória em anexo.

Local, _____ de _____ de 2025.

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRIMAVERA
Coragem para fazer mais

ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO ____/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: XX/2025
PROCESSO ADM. Nº: XX/2025

Aos XX (XXX) dias do mês de XXXX do ano de 2025 Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado, **O MUNICÍPIO DE PRIMAVERA**, Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Coronel Brás Cavalcante, nº 42, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.294.378/0001-61, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRIMAVERA-PE**, inscrito no sob o nº 10.291.345/0001-03, situada à Rua São Severino dos Ramos, nº 71, João Murilo, Primavera - PE, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, a **Sra. Ester Beatriz da Silva Cavalcanti Falcão, Portaria nº 368/2025**, doravante ÓRGÃO GERENCIADOR, com base na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais regulamentos municipais, em face das propostas vencedoras apresentadas no Pregão Eletrônico nº 002/2025 que, cuja ata e demais atos foram homologados pela autoridade superior, exarado no presente processo, RESOLVE lavrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme as cláusulas seguintes:

1.5 CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto desta Ata é o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO PRIMAVERA-PE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**, podendo ser prorrogada, tendo como fornecedor registrado a empresa abaixo indicada.

DADOS DA FORNECEDORA REGISTRADA

RAZÃO SOCIAL: xxxxx
INSCRIÇÃO NO CNPJ : xxxx
ENDEREÇO COMPLETO: xxxxx
e-mail: xxxxx

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: xxxxxx
CARGO QUE OCUPA: xxxxxx
ESTADO CIVIL: xxxx
RG Nº: 7xxxxxxxxxxxxxx
ENDEREÇO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
NACIONALIDADE: xxx
PROFISSÃO: xxxxx
CPF Nº: xxxx

Parágrafo único: A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do Pregão Eletrônico nº 002/2025 acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação, do qual passa a fazer parte integrante está Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações do fornecedor REGISTRADO, entre outras:

- I. Assinar o contrato de fornecimento/serviço com o MUNICÍPIO e/ou com os órgãos participantes no prazo máximo 05 (Cinco) dias úteis, contados da solicitação formal, **se for o caso**.
- II. Providenciar a imediata correção/substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pelo MUNICÍPIO, na forma de fornecimento do objeto e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

- III. Executar o objeto nas condições estipuladas no termo de referência, no prazo máximo estipulado, conforme citado acima.
- IV. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local da entrega.
- V. Manter durante a execução do objeto deste termo de referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- VI. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados:
- VII. Executar o objeto em conformidade e condições estipuladas neste termo de referência.
- VIII. Possibilitar a Secretaria Municipal de Saúde de Primavera, em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento dos produtos, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Órgão Gerenciador:
- IX. Responder pelos danos causados diretamente ao município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando as suas custas, quando da execução do objeto deste termo de referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento desta.
- X. Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelas Secretarias.
- XI. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse das Secretarias e demais fundos, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado, devendo orientar seus empregados nesse sentido:
- XII. Substituir, sempre que exigida pelas Secretarias, e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios a disciplina do Órgão Gerenciador ou ao interesse do Serviço Público.
- XIII. A Secretaria não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- XIV. Atender prontamente quaisquer exigências do representante e da Secretaria de Municipal, inerente ao objeto deste termo de referência.
- XV. Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone.
- XVI. Todas as despesas relativas à aquisição, impostos, taxas e etc., correrão por conta da empresa ou pessoa física contratada.
- XVII. Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

DA VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA: O preço registrado, a quantidade, o fornecedor e o objeto constante desta, encontram-se contidos na tabela abaixo:

ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
TOTAL R\$						

DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ÓRGÃO GERENCIADOR (Município/Secretaria/Fundo)

CLÁUSULA QUINTA: São obrigações do órgão gerenciador, entre outras:

- I. gerenciar, esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;
- II. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- III. acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços;
- IV. publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação, inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata.

DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA: Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº XX/2025, o Órgão Gerenciador e/ou órgãos participantes, visando alcançar o serviço pretendido, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO/ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA OITAVA: A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura deste.

DO PAGAMENTO AO FORNECEDOR REGISTRADO

CLÁUSULA NONA: Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, de titularidade do fornecedor registrado, obedecidas as seguintes condições:

- a) **OS PAGAMENTOS SERÃO REALIZADOS CONTRA-APRESENTAÇÃO:** Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento do Governo Municipal de PRIMAVERA - PE.
- b). As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, e seu vencimento ocorrerá **05 (cinco)** dias após a data de sua apresentação válida.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

O FORNECEDOR REGISTRADO deverá apresentar ao setor competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, por ocasião dos pagamentos, cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal (conjunta), Estadual e Municipal;
- b) Certificado de regularidade de situação com o FGTS;
- c) Certidão de regularidade para com a Justiça do Trabalho (CNDT)
- d) as notas fiscais de todos os materiais deverão conter o **número dos lotes dos produtos** nelas constantes;

O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

Poderá o ÓRGÃO GERENCIADOR sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

- a) Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro, de responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO;
- b) Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro;
- c) Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA: Poderá o Órgão Gerenciador sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

- d) Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, de responsabilidade do Fornecedor Registrado;
- e) Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro;
- f) Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

- I. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.
- II. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
- III. Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- IV. Os fornecedores/prestadores de serviços que não aceitarem reduzir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- V. A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores de serviços que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- VI. Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) Sofrer sanção prevista no art. 156 incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

VII. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

- a) O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:
- b) Houver interesse público, devidamente fundamentado
- c) Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- d) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido
- e) Se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor
- f) O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado.
- g) Por iniciativa do próprio fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade do cumprimento das exigências do instrumento convocatório que deu origem à esta ARP, tendo em vista fato superveniente e aceito pelo MUNICÍPIO

VIII. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS

Órgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301 Atenção Básica

Funcional: 10.301.0084.2143.0000 Manutenção do Programa Saúde Com Qualidade

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.122 Administração Geral

Funcional: 10.122.0021.2096.0000 Gestão Administrativas do FMS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Unidade: 02.22 Entidade Supervisionada - FMS

Código Local: 02.22.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10.301 Atenção Básica

Funcional: 10.301.0108.2142.0000 Manutenção do Programa Saúde Básica Para Todos

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

Unidade:02.22 Entidade Supervisionada - FMS
Código Local:02.22.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade:10.301 Atenção Básica
Funcional: 10.301.0109.2042.0000 Manutenção das Atividades do PSF
Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera
Unidade:02.22 Entidade Supervisionada - FMS
Código Local:02.22.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade:10.303 Suporte Profilático e Terapêutico
Funcional: 10.303.0103.2039.0000 Centro de Abastecimento Farmacêutico
Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera
Unidade:02.22 Entidade Supervisionada - FMS
Código Local:02.22.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade:10.303 Suporte Profilático e Terapêutico
Funcional: 10.303.0103.2039.0000 Centro de Abastecimento Farmacêutico
Natureza da Despesa: 3.3.90.32.00 Material de Consumo

Orgão: 02 Poder Executivo – Fundo Municipal de Saúde de Primavera
Unidade:02.22 Entidade Supervisionada - FMS
Código Local:02.22.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade:10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Funcional: 10.302.0100.2150.0000 Manutenção das Atividades do Unidade SAMU
Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignadas no Orçamento do Município, sendo:

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Órgão Gerenciador e suas secretarias poderão sujeitar a Detentora/Fornecedor Registrado as penalidades previstas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo primeiro – Além das disposições contidas na Lei 14.133/21, são as seguintes as sanções aplicáveis:

I. advertência;

II. Multa – de mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato lícitado ou celebrado com contratação direta, conforme gravidade aferida pela administração e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21;

III. **suspensão temporária** do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de até 3 (três) anos nos casos de descumprimento desta Ata de Registro e ainda as disposições contidas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21;

IV. **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade no caso de ocorrência do previsto nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo diploma.

Parágrafo segundo - A Detentora/Fornecedor Registrado será notificada, por escrito para:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

- a) Recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.
- b) Inexistindo pagamento devido pelo MUNICÍPIO, ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento da multa, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da sanção;
- c) Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, o MUNICÍPIO poderá, se houver, valer-se do valor dado em garantia e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

Parágrafo terceiro - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A penalidade de advertência poderá ser, nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:

- I. descumprimento das obrigações assumidas, desde que não acarretem prejuízos para o MUNICÍPIO;
- II. execução insatisfatória ou inexecução do objeto da licitação, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- III. pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICÍPIO ou dos órgãos municipais;

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

- I. Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- II. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.
- III. As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.
- IV. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.
- V. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- VI. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A fiscalização dos serviços será feita pela Servidora, a **SraTatiane Kleide de Araujo Ferreira- Farmaceutica - CRF/PE nº 04552**, nos termos da Lei. Nº 14.133/21, que deverá atestar o fornecimento, observando as cláusulas contratuais, sem o qual não serão permitidos quaisquer pagamentos.

DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2025, e as propostas apresentadas pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: O presente registro decorre de adjudicação à(s) PROMITENTE(S) REGISTRADA(S) dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo, do Pregão Eletrônico nº 003/2025, lavrada em Ata datada de xx/xx/xxx, e posterior homologação autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Caberá ao Órgão Gerenciador do Município o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Fica eleito o foro da Comarca deste Município de Primavera, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Primavera - PE, de ____ de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDOR REGISTRADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRIMAVERA
Coragem para fazer mais

ANEXO - VIII

DADOS CADASTRAIS

C.N.P.J./C.P.F.:
RAZÃO SOCIAL/NOME:
ENDEREÇO COM./RES.:
MUNICÍPIO:
U.F.:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CEP.:

CONTA CORRENTE Nº
CÓD. DO BANCO:
SIGLA:
NOME/Nº AGÊNCIA

NOME DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO:

CARGO QUE OCUPA:
ESTADO CIVIL:
IDENTIDADE Nº
C.P.F. Nº:
NACIONALIDADE:
PROFISSÃO:
ENDEREÇO RESIDENCIAL:

***OBS:** Deverá ser anexada cópia do cabeçalho do extrato da Conta Corrente acima referida.*

Coragem para fazer mais